

Original



EPGE
8530

"ORÇAMENTO FISCAL E MONETÁRIO DE
PLENO EMPREGO E SEUS EFEITOS SOBRE
A DEMANDA AGREGADA"

(Dissertação de Mestrado)
de Sergio Savino Portugal

Rio de Janeiro, EPGE, Nov./82

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ORÇAMENTO FISCAL E MONETÁRIO DE PLENO EMPREGO
E SEUS EFEITOS SOBRE A DEMANDA AGREGADA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À CONGREGAÇÃO DA
ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (EPGE)
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE

MESTRE EM ECONOMIA

POR

✓
SÉRGIO SAVINO PORTUGAL

RIO DE JANEIRO, RJ

Novembro, 1982




FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

TESE DE MESTRADO
APRESENTADA À EPGE

POR: Sérgio Laciuno Portugal

EM: 18 de outubro de 1982


Prof. Ney Coe de Oliveira
SUBDIRETOR ADM. EPGE/FGV

ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

C I R C U L A R Nº 43

Assunto: Defesa Pública de
Dissertação de Mestrado


Comunicamos formalmente à Congregação da Escola que está marcada para dia 10 de novembro de 1982 (4a. feira), às 14:00h, no Auditório Eugênio Gudin (10º andar), a apresentação e defesa pública da Dissertação de Mestrado, intitulada "ORÇAMENTOS FISCAL E MONETÁRIO DE PLENO EMPREGO E SEUS EFEITOS SOBRE A DEMANDA AGREGADA", do candidato ao título de Mestre em Economia, Sergio Savino Portugal.

Há poucas semanas atrás, remetemos, aos membros da Congregação, cópia da súmula da referida Dissertação para que fosse apreciada pelos Professores desta EPGE.

A Banca-Examinadora "ad hoc" designada pela Escola será composta pelos professores: ANTONIO CARLOS BRAGA LEMGRUBER (Presidente), RICARDO VARSANO, FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA e RUBEM DE FREITAS NOVAES.

Com esta convocação oficial da Congregação de Professores da Escola, estão ainda convidados a participarem desse ato acadêmico todos os alunos da EPGE, interessados da FGV e de outras instituições.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1982.


Mario Henrique Simonsen
Diretor da EPGE/FGV

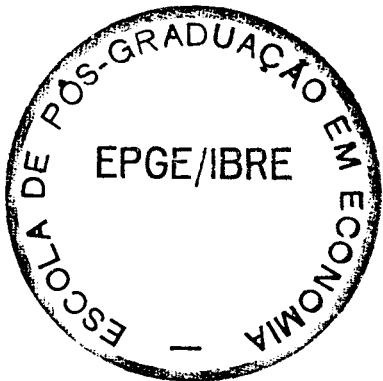


LAUDO SOBRE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Como presidente da Banca Examinadora, designada pela EPGE para julgar a dissertação de Mestrado, intitulada "ORÇAMENTO FISCAL E MONETÁRIO DE PLENO EMPREGO E SEUS EFEITOS SOBRE A DEMANDA AGREGADA", do candidato ao título, Sr. SÉRGIO SAVINO PORTUGAL, apresento as seguintes ponderações que justificam meu voto e grau:

"Trata-se de trabalho cuidadoso que procurou examinar um tema macroeconômico ainda pouco explorado no Brasil: a questão da política fiscal e seu impacto sobre a atividade econômica. Em face das dificuldades existentes em matéria de dados nesta área, considero que o autor fez um adequado trabalho de aplicação da teoria macroeconômica ao estudo do setor público no Brasil e de seus efeitos sobre a economia".

Assim e nessas condições, sou de parecer que a referida Tese seja aprovada e outorgado o título pretendido pelo candidato e autor deste trabalho, atribuindo-lhe a nota ou grau 9 (nove).



Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1982.


ANTONIO CARLOS BRAGA LEMGRUBER

Professor da EPGE e
Presidente da Banca Examinadora


LAUDO SOBRE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Como integrante da Banca Examinadora, designado pela EPGE para julgar a dissertação de Mestrado, intitulada "ORÇAMENTO FISCAL E MONETÁRIO DE PLENO EMPREGO E SEUS EFEITOS SOBRE A DEMANDA AGREGADA", do candidato ao título, Sr. SERGIO SAVINO PORTUGAL, apresento as seguintes ponderações que justificam meu voto e grau:

A dissertação apresenta aspectos interessantes das políticas fiscal e monetária compensatórias oferecendo instrumento útil de trabalho aos formuladores destas políticas. Existem deficiências na conceituação dos déficits ou superávits fiscais que num desenvolvimento futuro do trabalho devem ser supridas. Não obstante, sou de parecer que a dissertação deva ser aprovada e que se outorgue o título pretendido pelo candidato, atribuindo-lhe a nota ou grau 8 (oito).

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1982.





RUBEM DE FREITAS NOVAES
Professor da EPGE

LAUDO SOBRE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Como integrante da Banca Examinadora, designado pela EPGE para julgar a dissertação de Mestrado, intitulada "ORÇAMENTO FISCAL E MONETÁRIO DE PLENO EMPREGO E SEUS EFEITOS SOBRE A DEMANDA AGREGADA", do candidato ao título, Sr. Sergio Savino Portugal, apresento as seguintes ponderações que justificam meu voto e grau:

- 1) O trabalho trata de um importante tema de política econômica que não tem merecido muita atenção dos pesquisadores no Brasil;
- 2) O autor demonstra conhecimento da literatura relevante sobre o tema abordado e a dissertação contribui para um melhor conhecimento da realidade brasileira.

Assim e nessas condições, sou de parecer que a referida Tese seja aprovada e outorgado o título pretendido pelo candidato e autor deste trabalho, atribuindo-lhe a nota ou grau 8.0(oito).

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1982.



Fernando de Holanda Barbosa
Professor da EPGE



LAUDO SOBRE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Como integrante da Banca Examinadora, designado pela EPGE para julgar a dissertação de mestrado, intitulada "Orçamento Fiscal e Monetário de Pleno Emprego e seus Efeitos sobre a Demanda Agregada", do candidato ao título, Sr. SERGIO SAVINO PORTUGAL, apresento as seguintes ponderações que justificam meu voto e grau:

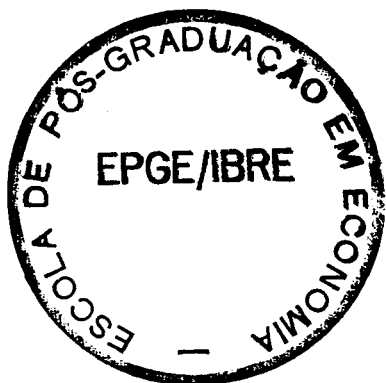
A dissertação apresenta tema de interesse na área de política de estabilização. O trabalho desenvolve o tema de forma adequada, apresentando um modelo útil para análise e formulação da política de estabilização, bem como conclusões acerca da condução da mesma no passado recente. Ele demonstra a capacidade do autor de realizar pesquisa econômica original e independente.

Assim e nessas condições, sou de parecer que a referida dissertação seja aprovada e outorgado o título pretendido pelo candidato e autor deste trabalho, atribuindo-lhe a nota ou grau 9(nove).

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1982



RICARDO VARSANO
Professor da EPGE



AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos membros da comissão orientadora: Antonio Carlos Lemgruber, Ricardo Varsano e Rubens Novaes.

Ao Professor Lemgruber, presidente da banca, minha gratidão pelos valiosos comentários e sugestões ao longo do trabalho, bem como pela postura generosa durante todo o curso de mestrado permitindo o acesso ao seu amplo conhecimento de Teoria Econômica.

Aos Professores Varsano e Novaes pela inesgotável boa vontade de discutir os tópicos em diversas fases, sempre colocando dúvidas esclarecedoras.

Ainda na primeira fase foi de suma importância a orientação de Cláudio Contador.

À Superintendência do INPES nas pessoas de Luis Paulo Rosenberg e Michal Gartenkraut, pelo apoio em todas as etapas.

Aos colegas do INPES, em especial, a José Cláudio F. da Silva, Silvério F. Ferreira, Woo Tack Kim, Milton

Assis e todos os demais que de alguma forma contribuíram com estímulos e reflexões sugeridas.

A ajuda eficaz e dedicada de Ana Maria F. Resck que se encarregou da datilografia desde o início. A Ana Isabel C. Martins e Carmem F. Argolo pelo apoio na parte computacional.

À Vera, Alessandra e Felipe pela indispensável disponibilidade afetiva.

Naturalmente todos os erros e omissões são de minha inteira autoria.

ÍNDICE

ORÇAMENTO FISCAL E MONETÁRIO DE PLENO EMPREGO E SEUS EFEITOS SOBRE A DEMANDA AGREGADA

	Página
Agradecimentos	I
Índice das Ilustrações	V
Índice das Tabelas	VII
I. Introdução	1
II. A Referência Teórica Para Análise	5
2.1 O Plano Teórico Geral	5
2.2 O Modelo	30
III. O Orçamento Fiscal	35
3.1 Antecedentes Históricos	35
3.2 As Receitas e Despesas do Orçamento 1960-1981	52
IV. O Orçamento Monetário	63
V. Evidências Empíricas e Conclusões	81
- Anexo Estatístico ao Capítulo V	103
VI. Bibliografia	128

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Níveis totais da política fiscal	17
Figura 2	Orçamento de pleno emprego	23
Figura 3	Oferta e demanda agregada efetivas e Potenciais	29

ÍNDICE DAS TABELAS

	Páginas
Tabela 1 Impacto do Efeito Estabilizador Automático e Discricionário da Política Orçamentária Federal, para períodos de Recessão e Prosperidade entre 1948 e 1961.	22
Tabela 2 Receitas e Despesas da União-1981	24
Tabela 3 Receitas do Tesouro Nacional em Cr\$ Milhões constantes de 1980	25
Tabela 4 Tesouro Nacional - Financiamento da União (Cr\$ Milhões constantes de 1980)	27
Tabela 5 Autoridades Monetárias - Balanço Consolidado (Fluxos em Cr\$ Milhões constantes)	67
Tabela 6 Orçamento Monetário - Passivo não Monetário - Operações com o Tesouro Nacional (fluxos em Cr\$ Milhões constantes)	71
Tabela 7 Tesouro Nacional - Recursos Líquidos do Tesouro Nacional junto às Autoridades Monetárias (Fluxos em Cr\$ Milhões)	72
Tabela 8 Variáveis do Orçamento Fiscal e Monetário (Período 1960/81)	83
Tabela 9 Produto Real e Potencial 1950 - 1981 (Cr\$ bilhões constantes de 1980)	84
Tabela 10 Objetivos da Política de Preços	87

	Páginas
Tabela 11 Produto Efetivo, Potencial e Potencial condicionado (Cr\$ bilhões <u>constantes</u> de 1980)	88
Tabela 12 Indicadores da Política Econômica	93
Tabela 13 Saldos Efetivos e Potenciais do Orçamento Fiscal. (Cr\$ bilhões de 1980)	96
Tabela 14 Base Monetária Efetiva e Potencial do Orçamento Monetário (Cr\$ bilhões <u>constantes</u> de 1980)	100

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Este estudo visa a analisar os efeitos da política orçamentária na demanda agregada. Identificar a magnitude e direção do impacto dos gastos e receitas do governo sobre a atividade econômica parece tarefa essencial para formulação da política econômica em particular da política fiscal.

A literatura econômica apresenta várias alternativas teóricas para tratar a questão. Optou-se, neste trabalho, pelo chamado "orçamento potencial ou de pleno emprego". Entretanto, poucas referências foram encontradas que vinculem e incorporem explicitamente o nível de preços a análise dos efeitos da política orçamentária.

Sabemos que as políticas fiscal e monetária deslocam a curva de demanda agregada nominal da economia. No entanto, a priori, não sabemos como este deslocamento será traduzido em termos de variações do produto real e preços. Para tal, é necessário identificar a curva de oferta agrega-

da da economia e onde nos situamos ao longo dela. Assim, ao lado do conceito de orçamento de pleno emprego procurou-se incorporar ao trabalho uma curva de Phillips. Como veremos, a idéia de "orçamento potencial" foi utilizada de formas distintas. Nossa ótica, pretende privilegiar dois aspectos bastante característico de economias em desenvolvimento - flutuações cíclicas do produto e inflação.

O capítulo a seguir apresenta o marco de referência teórica e sugere o modelo que será testado empiricamente para a economia brasileira no período de 1960 à 1981, tomando por base os orçamentos fiscal e monetário do governo federal. Uma definição mais ampla da entidade governo, que incorpore as Empresas Estatais, fica prejudicada pela inexistência de informações estatísticas coerentes.

Os Capítulos III e IV procuram sistematizar um conjunto de informações qualitativas e quantitativas acerca da estrutura orçamentária, bem como tenta articular algumas das possíveis inter-relações na dinâmica dos módulos fiscal e monetário. Referem-se à descrição do quadro institucional, a partir dos instrumentos que serão utilizados no

exercício empírico. Desta forma, o Capítulo III dedica-se à análise do orçamento da União. Desenvolve-se, inicialmente, uma breve retrospectiva institucional do quadro fiscal, com início na constituição de 1891 até a Reforma tributária de meados da década dos sessenta. Paralelamente, procurou-se mostrar o processo orçamentário no Brasil, culminando com sua reformulação em 1964. Em virtude do caráter básico da reforma tributária em 1965 e dos contornos traçados, posteriormente, pela constituição de 1967 e pela Emenda constitucional nº 1 que, de certa forma, vigora até os dias de hoje, procedeu-se, neste ponto, a um corte temporal na análise.

Passou-se à descrição da estrutura atual dos impostos, na qual se evidenciaram a base de cálculo, alíquotas, incidência etc.. Para maior fidedignidade do trabalho, operou-se a partir de dados da lei, motivo por que a exposição tornou-se meramente reprodutora de informações já consignadas, porém, de subsídios à proposta.

No Capítulo IV, procurou-se a mesma linha anterior mas, desta feita, em relação ao orçamento monetário.

Finalmente, o Capítulo V apresenta as evidên-

eias empíricas sugeridas pela aplicação da formulação teórica inicial e destaca conclusões relevantes que, por ventura, foram obtidas no decurso do estudo.

CAPÍTULO II

A REFERÊNCIA TEÓRICA PARA ANÁLISE

2.1. O Plano Teórico Geral

Diversas formas têm sido propostas para avaliar o impacto da política fiscal na demanda agregada nominal. A indagação implícita nesta questão é de saber se a política fiscal contribui de forma positiva para uma dada política global de estabilização, isto é, uma política que, por hipótese, aplane as oscilações cíclicas da atividade econômica. Assim, em períodos de queda generalizada da produção e do emprego, uma política de estabilização correta seria aquela que provocasse reação contrária no ritmo de atividade sem gerar pressões inaceitáveis no nível geral de preços, no equilíbrio das contas externas e nas demais variáveis consideradas como construtivas do quadro econômico global. O ponto, que se coloca na prática, é que, na maioria das vezes, tais objetivos são contraditórios e dependem, em grande medida, da fase cíclica em que a economia se encontra. Uma política fiscal expansionista pode simplesmente elevar as ta

xas de juros e o nível geral de preços sem alterar o produto. Este seria, provavelmente, o caso de uma economia que já estivesse operando com utilização plena dos fatores de produção, de forma que gastos adicionais do governo foram traduzidos por aumento do nível geral de preços.

As metodologias disponíveis para verificar os efeitos da política fiscal, podem ser sumarizadas da seguinte forma: a primeira, a mais convencional, parte do saldo atual do orçamento do governo (ou variação deste); a segunda consiste em formular modelos macrokeynesianos e obter os multiplicadores de impacto; e a terceira parte do que a literatura mais recente convencionou chamar de "orçamento potencial ou de pleno emprego".

A forma tradicional de avaliar o impacto da política fiscal equivale, em última instância, estabelecer uma associação inversa entre o saldo do orçamento e a renda nominal corrente. Nesta relação, a causalidade ocorre do saldo para renda. Esta ótica reflete virtualmente uma relação contábil e é, via de regra, argüida por aqueles que defendem uma política fiscal austera com orçamento equilibrado.

Neste prisma, um aumento dos impostos ou uma redução dos gastos, tudo mais constante, elevaria o saldo do efetivo e reduziria a renda nominal corrente. Por outro lado, uma redução dos impostos ou um aumento de gastos, tudo mais constante, reduziria o saldo, elevando o nível de renda nominal corrente. Assim, a primeira alternativa seria vista como uma política fiscal contracionista e a segunda como expansionista, face a redução e elevação respectivamente do nível de renda corrente. De outra forma, a partir do saldo corrente do gover-no, a política fiscal seria caracterizada como expansionista, quando houvesse redução do saldo, ou contracionista, quando da elevação do mesmo.

No Brasil, como sabemos, o orçamento fiscal, monetário e das empresas estatais, guardam particularidades tais que torna árdua a tarefa de explicitar o saldo efetivo do governo. A postura teórica de balizar a política via o saldo corrente, deu origem entre nós, a vários trabalhos cuja preocupação era revelar o "verdadeiro" saldo corrente do governo e apontar assim a contribuição da política fiscal pa

ra política global de estabilização.¹ Como era de se esperar, os déficits seriam bem maiores que os indicados oficialmente e em alguns períodos inclusive, superávits transformar-se-iam em déficits. Entretanto, a maioria destes exercícios termina quando o "verdadeiro" déficit é estabelecido. Não esclarecem por exemplo, como o efeito da política foi distribuído entre preços e produto real, ou entre participação privada e pública ou mesmo, as formas de financiamento e seus diferentes impactos na economia.

A segunda ótica a que nos referimos, consiste em estabelecer modelos macroeconômicos do tipo Keynesiano, e, através da inter-relação dos multiplicadores do gasto do governo, exportação, importação, investimento etc. inferir os impactos da política fiscal na demanda agregada corrente. Mesmo não considerando os problemas típicos de exercícios desta natureza, tais como a estabilidade e convergência do sistema estimado além naturalmente da indispo-

¹ Vide entre outros SILVA, M. C. Consolidação das contas do Tesouro Nacional: Uma metodologia IN: ANPEC 1981, 1645-61; Castro, I R Conta consolidada do Setor público federal: Uma proposta, IN ANPEC 1981, 1685-701.

nibilidade de informações estatísticas adequadas sabemos que o multiplicador dos gastos do governo depende da sensibilidade das unidades privadas frente a presença do Estado. A literatura sobre finanças públicas mostrou que o efeito dos gastos do governo em consumo ou investimento e suas formas de financiamento afetam a atividade privada na medida em que estas incorporem ou não, de forma adequada em suas decisões futuras, os benefícios e os custos da ação do Estado. Este ponto pode ser devidamente esclarecido através da derivação do teorema do orçamento equilibrado.²

Entretanto, o problema básico destas duas proposições é o de avaliar a política fiscal ao nível da renda corrente e pressupor que a economia reage passivamente ao orçamento do Governo.

Suponha que o governo aumente as alíquotas dos impostos de forma que as receitas tributárias se elevem e mantenha o nível de gastos constantes. Imagine também, que por qualquer outro motivo, o nível de renda caia, por exem-

² Para maiores detalhes vide MARTIN J. Bailey, *National Income and the Price Level: A Study in Macroeconomic Theory*, McGrawhill INC, 1971, Chapter 9.

plo uma política monetária que reduza a oferta de moeda. A queda na Renda pode ter mais do que compensado a elevação das alíquotas dos impostos, ocasionando uma queda no saldo do orçamento corrente do governo. Se olhássemos agora para o saldo do orçamento, tendo em mente as duas proposições iniciais, concluiríamos que a política fiscal teria sido expansionista. A razão do paradoxo é que comparar orçamentos em diferentes níveis de capacidade de utilização não parece ser um exercício válido. Para ter-se comparações válidas, deveríamos colocar todos os orçamentos em pé de igualdade, calculando-os num nível comum de utilização de capacidade.

A nova forma de perceber o impacto da política orçamentária federal é examinando o superavit ou déficit que apareceria se a economia fosse de pleno emprego. O conselho de consultores da presidência dos EUA usaram o conceito de superavit do orçamento de pleno emprego como uma medida do impacto da política fiscal (restritiva ou contractionista) e como base para calcular os níveis de atividade eco

nômica.³ Sob o ponto de vista da elaboração orçamentária,⁴ fixar um saldo do orçamento de pleno emprego próximo de zero pode fornecer uma linha de conduta para a política fiscal. Se, eventualmente, a economia já opera num ritmo satisfatório de atividade tal proposta deveria inclusive ser submetida ao Congresso Nacional

O conceito de orçamento de pleno emprego procura fornecer resposta à questão de como avaliar a política fiscal em economias sujeitas a períodos de recessão e prosperidade. Como explicar, de outra forma, déficits em períodos de recessão ou superávits em prosperidades. O orçamento de pleno emprego ou potencial resulta, portanto, das receitas e despesas mensurados ao nível do produto potencial, e não, ao nível do produto corrente. Esta medida independe pois da fase cíclica em que a economia se encontra, assim como não está sujeita a interação de diversos multiplicadores obtidos de modelos macroeconômicos. Esta ótica é

³ "The Annual Report of the Council of Economic Advisers", Economic Report of the President, 1962, Charles L. SCHULTZE; Economic Report of the President and the Economic Situation and Outlook, 1961 Herber Stein.

particularmente útil para separar os efeitos discricionários dos chamados efeitos estabilizadores automáticos. Uma vez que o produto não depende de flutuações cíclicas, não existem efeitos automáticos de estabilização e o saldo de pleno emprego é devido exclusivamente aos efeitos discricionários da política fiscal.

Com o propósito de fornecer melhor compreensão, tomemos um modelo simples de determinação da renda com o nível de preços dado e constante.

$$Y = C + I + G \quad (1)$$

$$C = C(Y-T) \quad (2)$$

$$T = T(Y_r) \quad (3)$$

$$S = T(Y_r) - G \quad (4)$$

onde:

Y = Produto Nacional Bruto Real

C = Consumo real

I = Investimento privado (constante)

G = Gastos do governo (constante)

T = Receitas do Governo

r = Vetor de parâmetros para os diversos tributos

S = saldo corrente do governo.

As equações (2) e (3) função consumo e tributos, refletem uma relação comportamental, enquanto (1) e (4) representam a identidade da renda e do saldo corrente do governo. Substituindo (2) e (3) em (1) obtemos a equação (5) de equilíbrio da Renda.

$$Y = C [Y-T(Y,r)] + I + G \quad (5)$$

Diferenciando a relação (5), obtemos os multiplicadores de impacto⁴.

$$dy = \frac{dI}{1-c'(1-ty)} + \frac{dG - c'tr(yr)dr}{1 - c' (1-ty)} \quad (6)$$

onde o primeiro termo denota as fontes de crescimento autônomo da demanda agregada e, o segundo, o impacto da política fiscal.

Tomemos, agora, o diferencial total da relação (4):

$$ds = tydy + tr dr - dG \quad (7)$$

Esta é a forma convencional de medir o impac-

⁴ $dy = c'dy - c'tydy - c'tr(Y,r) dr + dI + dG$
 $[1 - c'(1-ty)] dy = dI + dG - c'tr(yr) dr$

to da política fiscal. Note que o termo ($tydy$) é endógeno e que, em muitos casos, não é possível escrevê-lo em função de dr . A propensão marginal a tributar vezes o acréscimo de renda ($tydy$), mensura o efeito estabilizador automático da política econômica, isto é, mostra que a estrutura tributária reage, até certo ponto, automaticamente às variações exógenas da renda, como por exemplo, aumento ou redução da oferta monetária, flutuações cíclicas do produto etc..

Em princípio, esta reação é no sentido oposto ao nível de atividade. A exogeneidade das variações do nível de renda é aqui entendido como todas aquelas provenientes da política econômica em geral exceto a política fiscal. Os dois últimos termos da relação (7) medem os efeitos discricionários da política fiscal, como mudanças na estrutura das alíquotas, na composição e volume dos gastos públicos. Note que os gastos do governo (G) são considerados autônomos apenas para simplificar o raciocínio. Poderíamos perfeitamente tomá-los como função do nível de renda e de um vetor de parâmetros, não alterando em absoluto nossa conclusão. Assim, variações em r ou G caracterizam os efeitos discricioná

rios da política fiscal e só seriam úteis para qualificá-la como expansionista ou restritiva, se a sua movimentação foi no mesmo sentido dos ciclos econômicos. Desta forma, o saldo do governo obtido pela relação (4) é uma medida inadequada para medir a influência da política fiscal, visto que o primeiro termo da relação (7) é endógeno, isto é, ele falha para distinguir entre a influência do orçamento na economia e a influência da economia no orçamento. Portanto, o saldo atual do orçamento reflete não somente o que a política fiscal está fazendo pela economia como o que a economia está fazendo pela política fiscal.

Como alternativa à medida do saldo atual, três propostas foram formuladas e poderiam ser resumidas como:⁵ O cálculo dos "Níveis totais da política orçamentária" (Musgrave); o chamado "superavit ou déficit de pleno emprego estandarizados" (Gramlich) e o "saldo do orçamento potencial"

⁵ Richard A. Musgrave "On Measuring Fiscal Performance" Review of Economics and Statistics, Vol. 46 (May 1964) pp. 213-20.

Edward M. Gramlich "The Behavior and Adequacy of the United States Federal Budget, 1952-1964" Yale Economic Essays, Vol. 6 (Spring 1966) pp. 99-159.

Cary Brown, "Fiscal Policy in the Thirties: A Reappraisal", American Economic Review, Vol. 46 (December 1955) pp. 857-79.

(Brown).

Musgrave sugere que o impacto do orçamento do governo na atividade econômica poderia ser obtido a partir de um nível hipotético do produto obtido na ausência do orçamento federal, e subtraindo este do produto atual. Especificando uma relação linear simples para (2) e (3), o produto de equilíbrio, incluindo o governo seria:

$$Y = \frac{1}{1-c(1-t)}(C_0 - c t_0 + I + G) \quad (8)$$

onde: C_0 e t_0 são os componentes autônomos do consumo e tributos e c , t as propensões marginais a consumir e tributar respectivamente.

O produto hipotético sem o governo seria:

$$Y' = \frac{1}{1-c} (C_0 + I) \quad (9)$$

Assim, os "níveis totais da Política fiscal"

denotado por L , é obtido pela subtração (8) - (9):

$$L = Y - Y' = \frac{1}{1-c(1-t)} (C_0 - c t_0 + I + G) - \frac{1}{1-c} (C_0 + I) \quad (10)$$

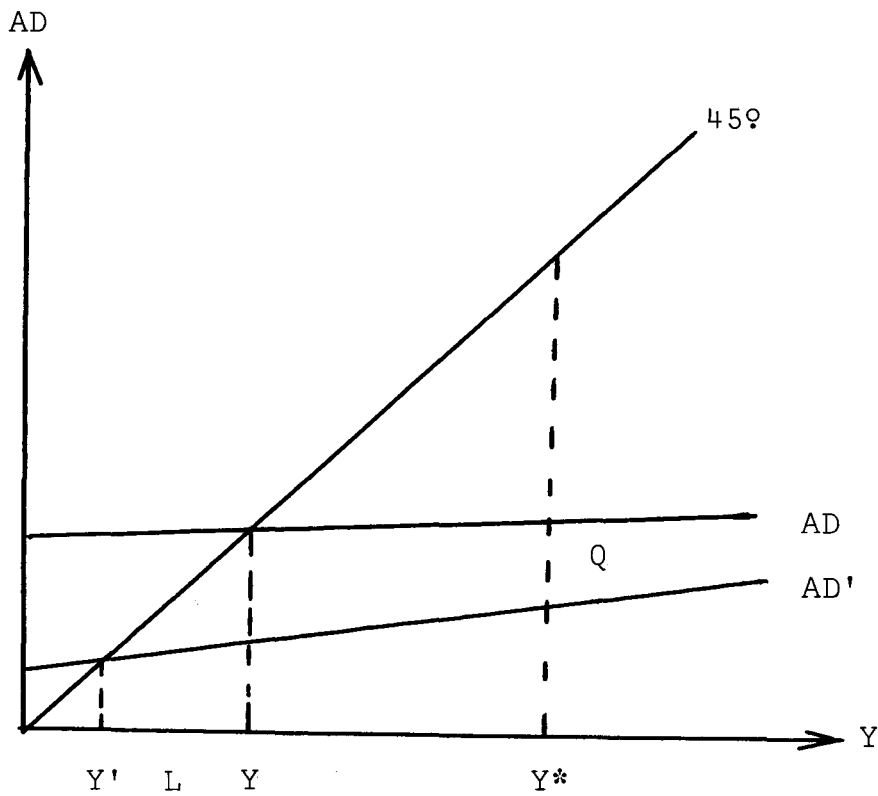
que, de forma simplificada, pode ser visto como

$$L = Y - Y' = \frac{1}{1-c} (G - c t_0) \quad (11)$$

A diferença entre o nível observado do produto com o governo (Y) e do hipotético sem o governo (Y') refletiria os efeitos da política fiscal. O exercício poderia ser refeito, considerando, em lugar do produto corrente, o produto potencial. A figura 1 ilustra a medida dos níveis totais da política orçamentária.

Figura 1

Níveis Totais da Política Fiscal



onde:

AD = Demanda agregada com o governo

AD' = Demanda agregada sem o governo

Y' = Produto real sem governo

Y" = Alternativa real do produto

Y* = Produto de Pleno emprego

L = Níveis totais da política fiscal

Q = Efeito do Governo sobre a demanda agregada

Gramlich utilizou um sistema de medida alternativo, recorrendo a diversos multiplicadores extraídos de modelos macroeconômétricos já estabelecidos para economia americana e tomando em lugar da renda corrente a renda potencial.

A proposta de Brown, em verdade a primeira a levantar o problema, parte da idéia de tomar o produto potencial (Y*), em lugar da renda corrente como visto na equação (3), assim teríamos:

$$T^* = T^*(Y^*, r) \quad (12)$$

obtendo em lugar da relação (4), o saldo potencial de pleno emprego.

$$S^* = T^*(Y^*, r) - G \quad (13)$$

cuja diferencial total é dada por

$$ds^* = tr(Y^*, r) dr + T_y(Y^*, r) dy^* - dG \quad (14)$$

Neste caso, o 2º termo da relação (14) é nulo uma vez que a economia já produz seu produto potencial. Assim ds^* contempla somente efeitos discricionários e a política fiscal pode ser caracterizada como restritiva, expansionista ou neutra quando ds^* for maior, menor ou igual a zero respectivamente.

Heller⁶ acrescentou que uma economia em crescimento admite um produto (Y^*) em expansão e qualificou o termo $ty(Y^*, r)dY^*$ como "gancho fiscal". Uma definição alternativa pode ser útil, quando algum crescimento automático no superavit de pleno emprego é desejado visto que as despesas autônomas estão se elevando. Suponha que, a longo prazo, as despesas reais do governo sejam realizadas em função de critérios alocativos e não com intenções estabilizadoras. Tomando-se I e G como exógenos, a economia deverá expandir-se

⁶ Walter W. Heller, *New Dimensions of Political Economy*, Harvard University Press, 1966. W.W. Norton, 1967 P. 65.

a longo prazo em crescimento de pleno emprego de forma a manter:

$$Y^* = C \left[Y^* - T(Y^*, r) \right] + I + G \quad (15)$$

Esta relação pode ser usada para obter a mudança discricionária, necessária para manter o crescimento ao seu nível potencial. Diferenciando (15) temos:

$$dy^* = c' dY^* - c' Ty dY^* - c' tr dr + dI + dG \quad (16)$$

O requisito discricionário obtém-se resolvendo (16) para dr

$$tr dr = - \frac{1 - c'(1 - ty)}{c'} dY^* + \frac{dI + dG}{c'} \quad (17)$$

Esta seria uma forma alternativa para definir o "gancho fiscal ajustado" (GFA), como a diferença entre o crescimento automático dos tributos em pleno emprego (definição de Heller) e o crescimento total dos impostos requeridos para manter o pleno emprego (dT), ou seja

$$GFA = ty dY^* - (tr dr + ty dY^*) \quad (18)$$

ou

$$GFA = - tr dr \quad (19)$$

onde tr dr está definido em (17).

Em 1962, o conceito de orçamento de pleno em prego foi utilizado no relatório econômico do presidente dos EUA e passou a ser ponto central na orientação das políticas dos presidentes Kennedy e Johnson. Na mesma época, LEWIS concluía que, para economia americana, o efeito estabilizador automático da política econômica teria contribuído, substancialmente, para estabilidade do produto enquanto deliberadas políticas descricionárias geralmente caminharam no sentido contrário. A tabela 1 sumariza os resultados de LEWIS para os quatro ciclos econômicos do período 1948 a 1961.

Lewis mostrou que a informação relevante a ser considerada é aquela que traduz o impacto da política fiscal, advinda de efeitos discricionários. O déficit em períodos de prosperidade como o de 1958/59 não foram ruins em si mesmo.

Assim, a arrecadação dos Tributos quando medida ao nível de renda corrente pode ser muito diferente da arrecadação potencial, mesmo admitindo-se r constante e superávits efetivos podem transformar-se em déficits potenciais e vice-versa.

Tabela 1: Impacto do Efeito Estabilizador Automático e Dis-
cricionário da Política Orçamentária Federal, pa
ra Períodos de Recessão e Prosperidade entre 1948
e 1961.

Em bilhões de dólares correntes			
SUPERAVIT (+) DÉFICIT (-)			
Período	Efeito Automático	Efeito Discrecional	Total
<u>Recessão</u>			
1948:4 - 1949:2	- 3.7	- 4.0	- 7.7
1953:2 - 1954:2	- 6.6	+ 8.2	+ 1.6
1957:3 - 1958:1	- 8.7	- 2.0	- 10.7
1960:3 - 1961:1	- 6.8	- 3.2	- 10.0
<u>Recuperação</u>			
1949:2 - 1950:2	+ 6.1	+ 6.1	+ 12.0
1954:2 - 1955:2	+10.4	- 1.5	+ 8.9
1958:1 - 1959:2	+17.4	- 8.8	+ 8.6
1961	+10.8	- 7.4	+ 3.4

FONTE: Wilfred Lewis, JR; Federal Fiscal Policy in the Postwar Recessions (Brookings Institution, 1962).

Observe que a linha I não é necessariamente paralela à linha II. Basta por exemplo, que a nova proposta contemple uma mudança na estrutura das alíquotas dos impostos. Por outro lado, I e II poderiam não ser linhas retas. Neste caso, alguns componentes do orçamento (receitas e/ou despesas) seriam progressivos em relação à renda nominal.

Se a economia experimenta algum crescimento, o nível de renda no período seguinte poderia ser, digamos, Y_2 . Neste nível, o orçamento II proporciona um superavit de OD. A variação do superavit (CD) é devida, em parte, aos efeitos discricionários da política \overline{BH} , medido pela distância vertical entre as linhas I e II, e em parte, ao efeito estabilizador automático \overline{HK} . Se a renda de pleno emprego é Y^* , podemos traçar aí, uma linha vertical, paralela ao eixo das ordenadas, para medir o superavit de pleno emprego. Este, relativo ao orçamento (I) é \overline{PE} , enquanto o associado ao orçamento (II) é \overline{PF} . A variação do superavit de pleno emprego \overline{FE} é totalmente devida ao efeito discricionário da política fiscal, sendo nulo o efeito estabilizador automático.

No exemplo acima, os efeitos discricionários e automáticos ocorrem no mesmo sentido, ou seja, elevando o superavit efetivo do orçamento. Note, entretanto, que se o ponto B, da linha II, estivesse à esquerda do Ponto A, os efeitos automático e discricionário estariam operando em sentido inverso. O primeiro, reduzindo e o segundo, aumentando o superavit corrente do governo.

Este seria o caso de uma economia em recessão cujo nível de renda teria caído, por exemplo, para Y_0 . Em Y_0 , a nova proposta orçamentária (II) resultaria em um superavit de OC idêntico ao anterior e, portanto, a variação do saldo do governo seria nula. Assim, seríamos levado a concluir que a política fiscal teria sido neutra e que a queda no produto, deveu-se exclusivamente, por exemplo, a uma política monetária rigorosa. Todavia, reparando o superavit de pleno emprego \overline{EF} , concluiríamos o efetivo papel da política fiscal. A armadilha do nível de renda Y_0 e que o efeito discricionário é exatamente igual e sem sentido contrário ao efeito estabilizador automático de forma que, anula a variação do superavit corrente.

Até aqui, poucas referências foram feitas ao nível geral de preços. Em economias em processo de desenvolvimento, tanto as flutuações cíclicas do produto, como a escalada do nível geral de preços são fatores essenciais para formulação da política orçamentária do governo. O "trade-off" entre crescimento e inflação será incorporado à análise mediante a curva de Phillips.

Como sabemos, a curva de demanda da economia reflete a relação existente entre a demanda por bens e o nível geral de preços, dado o estoque nominal de moeda e a política fiscal. Ela resume o equilíbrio dos mercados de bens e ativos em função de variáveis fiscais e monetárias. Assim, variações nos gastos ou receitas do governo, bem como do estoque nominal de moeda deslocam a curva de demanda agregada nominal. Saber como a elevação da procura por bens é distribuída entre o aumento real da produção e/ou elevação de preços, implica em conhecer a posição da curva de oferta agregada da economia e onde nos encontramos ao longo dela. De outra forma, requer identificar a distância que nos encontramos do produto potencial ou de pleno emprego. Isto

nos remete à questão da curva de Phillips de curto e longo prazo. É possível que, a curto prazo, as empresas respondam à elevação da procura por bens, reduzindo estoques ou elevando a utilização de sua mão-de-obra com horas extras de trabalho, gerando tanto a elevação da produção real, como dos preços. Entretanto, num espaço de tempo maior, persistindo a pressão nas compras, novos trabalhadores deveriam ser contratados.

Como se viu anteriormente, o conceito de orçamento de pleno emprego tem sido utilizado de várias formas diferentes. Este estudo procura avaliar os efeitos da política orçamentária, tendo em vista as flutuações cíclicas do produto associado à política de preços. O modelo que será desenvolvido em maiores detalhes na seção posterior poderia ser resumido da forma:⁷

$$\dot{P}_t = f(Y^* - Y; \dot{P}_{t-1}) \quad (\text{Oferta Agregada}) \quad (20)$$

$$Y_t^d = f(S_t; B_t) \quad (\text{Demanda Agregada}) \quad (21)$$

⁷ Uma proposta semelhante pode ser encontrada em C.R. Contador em "Política Orçamentária e Efeitos na Demanda Agregada" Jan. 1980, INPES/Mimeo.

$$S_t = T_t - G_t \quad (\text{Saldo Efetivo do Orçamento Fiscal}) \quad (22)$$

$$T_t = T(Y_t; \dot{P}_t) \quad (\text{Receita do Governo}) \quad (23)$$

$$G_t = G(Y_t; \dot{P}_t) \quad (\text{Despesa do Governo}) \quad (24)$$

$$B_t = A_t - \bar{P}NM_t \quad (\text{Base Monetária}) \quad (25)$$

$$A_t = A(Y_t; \dot{P}_t) \quad (\text{Aplicações das Autoridades Monetárias}) \quad (26)$$

$$\bar{P}NM_t = N(Y_t; \dot{P}_t) \quad (\text{Recursos não Monetários}) \quad (27)$$

Substituindo a taxa de inflação observada pelo objetivo da política de preços P^* ou meta oficial de inflação e, procedendo algumas transformações algébricas obteríamos as receitas e despesas potenciais do Governo (equações 30 a 34).

$$\dot{P}_t^* = f(Y_t^* - Y_t; \dot{P}_{t-1}) \quad (28)$$

$$Y_t^{d*} = f(S_t^*; B_t^*) \quad (29)$$

$$T_t^* = T(Y_t^* - Y_t; \pi_t) \quad (30)$$

$$G_t^* = G(Y_t^* - Y_t; \pi_t) \quad (31)$$

$$B_t^* = A_t^* - \bar{P}NM_t^* \quad (32)$$

$$A_t^* = A(Y_t^* - Y_t; \pi_t) \quad (33)$$

$$\bar{P}NM_t^* = N(Y_t^* - Y_t; \pi_t) \quad (34)$$

onde

\dot{P}_t = Taxa de inflação observada

π_t = Aceleração da inflação

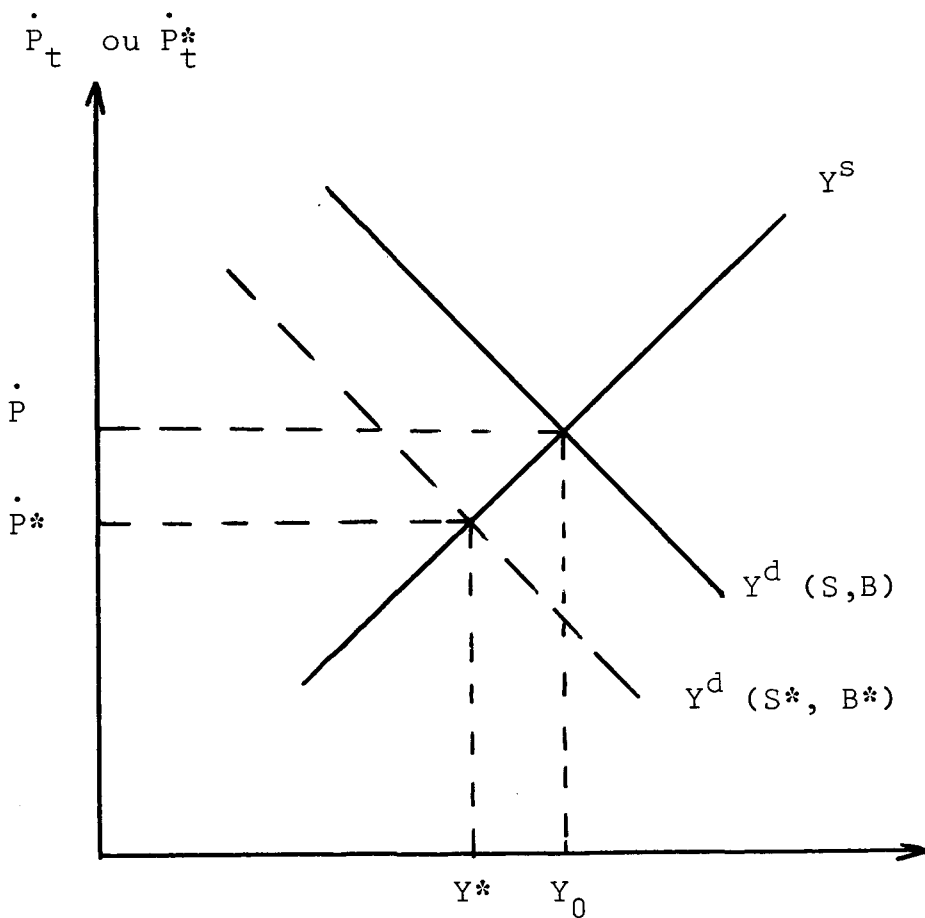
Y_t^* = Produto Potencial

Y_t = Produto efetivo

Graficamente, os dois sistemas poderiam ser sintetizados através da relação entre a oferta e a demanda agregada como mostra a Figura 3.

Figura 3

Oferta e Demanda Agregada Efetivas e Potenciais



2.2. O Modelo

O modelo testado empiricamente para a Economia Brasileira no período 1960-1981 - dados anuais, procura ultrapassar os entraves apontados na seção anterior relativos ao superavit ou déficit atual do orçamento do governo. Ademais, pretende conciliar a abordagem do orçamento potencial considerando explicitamente a política de preços, ou seja, o processo inflacionário, característico de economias em desenvolvimento.

Tomemos T para representar o total das receitas advindas de impostos, taxas e outros recursos não monetários e G como total dos dispêndios em consumo, investimento, transferências e aplicações financeiras do Governo Federal. Uma vez que desejamos captar os efeitos estabilizadores devido a preços e flutuações cíclicas do produto podemos escrever as funções receitas e despesas como segue:

$$T_t = T(t_o, y_t, \dot{P}_t, \pi_t) \quad (1)$$

$$G_t = G(g_o, y_t, \dot{P}_t, \pi_t) \quad (2)$$

$$S_t = T(t_o, y_t, \dot{P}_t, \pi_t) - G(g_o, Y_t, \dot{P}_t, \pi_t) \quad (3)$$

Observe que as variáveis T e G , são medidas

em termos reais, o que equivale admitir que as equações (1) e (2) são homogêneas lineares nas mudanças discricionárias dos impostos (t_o), nos gastos (g_o) e na renda nominal. A inclusão de \dot{P}_t , taxa de inflação observada no período t , visa verificar o comportamento daquelas variáveis frente a diferentes taxas de inflação. A aceleração da inflação, π_t , corresponde a primeira diferença da taxa de inflação observada, ou seja, $\pi_t = \dot{P}_t - \dot{P}_{t-1}$. A inclusão destas duas últimas variáveis serão válidas, em última instância, dependendo de sua confirmação empírica. O PIB real, utilizando o deflator implícito das Contas Nacionais, é denominado por y_t e o saldo real do governo aparece pela identidade (3).

A curva de oferta agregada e a relação entre o produto potencial (Y_t^*) e efetivo (y_t) são apresentados pelas relações (4) e (5).

$$\dot{P}_t = f(\dot{P}_{t-1}, \dot{H}_t) \quad (4)$$

$$Y_t = (1 - \dot{H}_t) Y_t^* \quad (5)$$

A taxa de variação do hiato do produto ou a diferença logaritmica entre o produto potencial e efetivo é

denotada por \dot{H}_t .⁸ Uma vez estimada a equação (4), e explicitada em termos de \dot{H}_t podemos substituir em (5) obtendo a relação (6) entre o produto potencial, a taxa de inflação, os preços do período anterior e o produto efetivo.

$$Y_t = f[(\dot{P}_t, \dot{P}_{t-1})Y_t^*] \quad (6)$$

Se na relação (6) substituimos a inflação observada no período (\dot{P}_t) pela meta oficial ou objetivo da política de preços P_t^{*C} obteríamos o produto potencial condicionado a política de preços.

$$Y_t^{*C} = f[(\dot{P}_t^{*C}, \dot{P}_{t-1})Y_t^*] \quad (7)$$

Algumas hipóteses podem ser formuladas quanto ao objetivo da política de preços como tratamento de choque, gradualismo e inclusive o reconhecimento que a política de preços adotada foi correta ($P_t^{*C} = P_t$). De outra forma, (Y_t^{*C}) denotaria pontos de equilíbrio entre oferta e demanda agregada dado o objetivo da política de preços e a capacidade produtiva da economia.

⁸ Em geral $(\log X_t)' = \frac{dx_t}{X_t} = \log X_t - \log X_{t-1}$ que é aproximadamente igual a $(X_t - X_{t-1})/X_{t-1}$.

O produto potencial (Y_t^*) é estimado por uma linha de tendência linear (logaritmica) ou exponencial, ajustada aos níveis de pico do PIB, que são por hipótese vistos como de pleno emprego.

Tomemos agora o resultado da especificação linear da equação (1) digamos:

$$T_t = \hat{a} + \hat{b}Y_t + \hat{c} \dot{P}_t + \hat{d} \pi_t + t_o \quad (8)$$

$$T_t^* = \hat{a} + \hat{b}Y_t^{*c} - \hat{c} \dot{P}_{t-1} + t_o \quad (9)$$

onde os parâmetros correspondem as respectivas estimativas e t_o ao resíduo não explicado, identificado com a medida discricionária da política. Aplicando os valores correspondentes ao produto potencial condicionado obtemos as receitas potenciais condicionadas (T_t^*).⁹

Subtraindo (8) - (9) e operando algebricamente temos:

$$T_t^* = T_t + t_y (Y_t^{*c} - Y_t) - (\xi_p + t_\pi) \pi \quad (10)$$

os termos t_y , t_p , t_π são as derivadas parciais da receita tributária com respeito a renda, inflação e mudança na in-

⁹ Por hipótese a longo prazo a aceleração inflacionária é nula, ou seja, $\pi_t = 0$

inflação respectivamente. Observe que os termos $t_y(Y_t^{*c} - Y_t)$ e $(t_p + t)\pi$ representam respectivamente os efeitos estabilizadores automáticos devido a renda e preços. Por outro lado, a diferença $T_t - T_t^*$ indicaria o efeito sobre as receitas devido a preços e renda.

O mesmo raciocínio poderia ser aplicado em relação aos gastos do governo o que nos levaria a uma relação do tipo:

$$G_t^* = G_t + g_y (Y_t^{*c} - Y_t) - (g_p + g_\pi)\pi \quad (11)$$

onde g_y , g_p , g_π corresponde as derivadas dos gastos com respeito a renda, preços e aceleração da inflação.

O Modelo na sua forma "reduzida" poderia ser reescrito como:

$$Y_t^{*c} = f \left[(\dot{P}_t^*, \dot{P}_{t-1}) Y_t^* \right] \quad (12)$$

$$T_t^* = T_t \left[t_y (Y_t^{*c} - Y_t); (t_p + t_\pi)\pi \right] \quad (13)$$

$$G_t^* = G \left[G_t; g_y (Y_t^{*c} - Y_t); (g_p + g_\pi)\pi \right] \quad (14)$$

$$S_t^* = T_t^* - G_t^* \quad (15)$$

O que pretendemos agora, é avaliar a ação da política do governo via receitas e despesas do Tesouro Nacional e recursos e aplicações das Autoridades Monetárias.

CAPÍTULO III

O ORÇAMENTO FISCAL

3.1. Antecedentes Históricos

Em 1831/1832, foi votado, regularmente, o primeiro orçamento no Brasil, regido pelo princípio da anuidade, incorporando todas as despesas das províncias.

Com o término do Império e o advento da República em 1889, a primeira constituição de 1891 reservou ao Poder Legislativo a orçamentação da receita e a fixação da despesa federal.¹ À União, competiam os impostos sobre importação, selo, direitos de entrada e saída de navios e taxa sobre os Correios e Telégrafos Federais.² Aos Estados, coube o imposto sobre exportação (de mercadorias de sua própria produção), sobre a propriedade rural e urbana, sobre a transmissão de propriedade, sobre indústria e profissão, o imposto do selo (sobre seus negócios) e a taxa dos Correios e Telégrafos Estaduais.³ A Carta de 1891 não discriminava,

1 Constituição de 1891, Artigo 34

2 Constituição de 1891, Artigo 7

3 Constituição de 1891, Artigo 9

entretanto, renda em favor dos Municípios, a qual era estabelecida a critério dos Estados.⁴

A falta de normas orçamentárias explícitas, bem como as emendas legislativas de última hora, pelas quais se criavam órgãos e serviços públicos, majoravam-se impostos etc. deram origem ao aparecimento de longas "caudas orçamentárias".

Em 1922, foram aprovados a Lei de Contabilidade Pública⁵ e, mais tarde, o Regulamento Geral de Contabilidade Pública,⁶ que estabeleciam normas disciplinadoras da organização da proposta orçamentária, atribuindo a responsabilidade da mesma ao Ministério da Fazenda.

A Reforma Constitucional de 1926 veio coibir aqueles vícios do orçamento da República Velha, adicionando-se ao Artigo 34 dois parágrafos que proibiam dispositivos estranhos à previsão da receita e da fixação da despesa, além de não permitir créditos ilimitados.⁷

⁴ Constituição de 1891, Artigo 68

⁵ Lei nº 4536 de 28/01/22

⁶ Decreto nº 15.783 de 1923

⁷ Emenda Constitucional nº 3 de setembro de 1926.

Em linhas gerais, até os anos de 30, a participação do Estado na economia era restrita à proteção de algumas indústrias nascentes e aos investimentos de companhias estrangeiras em infra-estrutura, mediante a concessão de empréstimos especiais às primeiras e garantia de rentabilidade mínima ao capital investido em estruturas básicas, como no caso da construção de ferrovias.⁸ Com a dinâmica da economia, dada pela exportação de produtos primários, bastavam-se controlar os impostos relativos ao comércio exterior (importação e exportação) para atender, simultaneamente, os objetivos geradores de receita e de implementação da política econômica.

O Decreto 23.150 de 15/09/1933, de acentuada importância, determinou, em seu artigo 12, que as contas do exercício financeiro a serem encaminhadas à Contadoria Central da República, além de discriminadas por Ministérios, apresentariam as despesas segundo as sete funções básicas da administração. É a primeira classificação funcional de

⁸ Baer, Werner et alii. "As Modificações no Papel do Estado na Economia Brasileira", em Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro 1973, pp. 884-887.

que se tem notícia no Brasil e, infelizmente, não logrou su
cesso por falta de uma codificação orçamentária prévia que
lhe desse suporte, uma vez que o seu uso não era obrigató-
rio.

A segunda Constituição Republicana, em 1934,
além de introduzir os conceitos de despesa fixa e variável,
já adotados em outros países⁹, limitou a iniciativa parla-
mentar em matéria de receita e despesas públicas, atribuín-
do ao Poder Executivo a preparação da proposta orçamentária.
Estabeleceu os princípios de anuidade, unidade e especiali-
zação do orçamento, consagrando a regra da competência cumu-
lativa dos Poderes Legislativo e Executivo na iniciativa or-
çamentária. Por outro lado, delimitou, expressamente, os
Tributos Federais, Estaduais e Municipais, instituindo, si-
multaneamente, outros impostos e estabelecendo teto às alí-
quotas do imposto de exportação em 10% "ad valorem".¹⁰ Nes-
te quadro, competia à União o imposto sobre importação, o
imposto sobre o consumo de quaisquer mercadorias (exceto os

⁹ Constituição de 1934, Artigo 50 parágrafo 2º.

¹⁰ Constituição de 1934, Artigo 8, letra "F".

combustíveis de motor a explosão), o imposto de renda (exceto sobre a renda de propriedade rural), o imposto do selo, o imposto de transferência de fundos para o exterior, as taxas telegráficas sobre serviços federais e da entrada, saída e estadia de navios.¹¹ Aos Estados, coube o imposto sobre propriedade territorial (exceto urbana), transmissão de propriedade "causa mortis", o imposto sobre transmissão de propriedade inter vivos, o imposto sobre vendas e consignações,¹² efetuadas por comerciantes e produtores inclusive industriais, o imposto sobre indústrias e profissões,¹³ o imposto sobre o consumo de combustíveis de motor a explosão, o imposto sobre a exportação das mercadorias de sua produção, o imposto do selo (sobre seus negócios) e taxas de serviços estaduais.¹⁴ Aos Municípios competia o imposto de licença, o imposto predial e territorial urbano, o imposto sobre diversões públicas, o imposto cedular sobre a renda de imóveis rurais e taxas sobre serviços municipais.¹⁵

¹¹ Constituição de 1934, Artigo 6.

¹² De alíquota uniforme sem distinção de procedência, destino ou espécie de produtos, artigo 8 parágrafo 2º.

¹³ Destinando 50% para o Estado e 50% para o Município, Artigo 8.

¹⁴ Constituição de 1934, Artigo 8.

¹⁵ Constituição de 1934, Artigo 13.

A terceira Constituição Republicana de 1937 criou, junto à Presidência da República, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil - DASP, atribuindo-lhe a organização da proposta orçamentária e a sua fiscalização.¹⁶ Porém, a primeira proposta elaborada pelo DASP data de 1946. Este Departamento teve suas atribuições ampliadas para a área de supervisão, coordenação da administração civil, em 1938, nos moldes do Tesouro Britânico e do Bureau of Budget nos Estados Unidos. A carta de 1937, em termos tributários, manteve, basicamente, as coordenadas da constituição anterior. As alterações¹⁷ referem-se à extinção do imposto cecular sobre a renda de imóveis rurais (municipal) e a transferência para o Governo Federal do imposto sobre consumo de combustíveis.¹⁸

A crise dos anos 30, associada aos movimentos endógenos da economia pela liberação de recursos finan-

¹⁶ Constituição de 1937, Artigo 67.

¹⁷ Constituição de 1937, Artigos 20, 23 e 28.

¹⁸ Pela Lei constitucional nº 4 de 20 de setembro de 1940, passou a ter a seguinte vinculação: 40% para a União, 48% para os Estados e 12% para os Municípios.

ceiros do setor cafeeiro, propiciou o início do processo de industrialização, baseado na substituição de importações. A presença do Estado na Economia se acentua mediante a intervenção do Poder Central no Programa de Sustentação do Café (produção e preços), pelo controle cambial, a partir de 1931, pela criação de autarquias para proteger e possibilitar o crescimento de alguns setores (sal, açúcar, etc.) e pela criação do Conselho Federal de Comércio Exterior em 1934.¹⁹

A década de 40 é marcada pela aprovação do Decreto-lei nº 2.416, de 17 de julho, que instituiu a codificação das normas financeiras para os Governos estaduais e municipais, padronizando seus orçamentos, sob a gerência do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. O objetivo maior desta legislação visou à implantação de um sistema de dados estatísticos e financeiros de âmbito nacional que permitisse um conhecimento adequado da natureza, repercussões e montante dos gastos públicos.

O referido Decreto-lei padronizou a classifi

¹⁹ Baer, Werner et alii. op. cit., pp. 884-887.

cação da receita e despesa, eliminando as disparidades existentes entre as diversas denominações então em vigor. Institui, também, a classificação por "serviços", que correspondiam às "funções", em número de dez e abertos em 10 partes, chamadas "subserviços" ou "subfunções". Surgiu, então, a classificação combinada da despesa: serviços (ou funções) e "elementos" (ou objetivo do gasto). Pelo lado da receita, foi estabelecida a codificação por natureza, espécie e incidência, facilmente identificável através de um sistema digital. Representou, enfim, um avanço notável para o desenvolvimento da técnica orçamentária no Brasil, servindo de suporte para os primeiros levantamentos das Contas Nacionais, ainda na década de 1940.

No âmbito do Governo Federal, a classificação orçamentária, na mesma época, estava relacionada aos preceitos do Código da Contabilidade Pública de 1922, que objetivava o controle jurídico-financeiro e contábil das despesas. Entretanto, apresentava dificuldades para a análise econômica dos dados, pois não fazia sequer a distinção entre as despesas de custeio e capital. Somente em 1956, a

estrutura da despesa foi alterada no sentido de uma ordenação econômica, facultando melhor levantamento das Contas Nacionais.

Em contraste com as constituições anteriores, que foram, nitidamente, a favor dos Estados, (a quarta Constituição anteriores, que foram, nitidamente, a favor dos Estados,) a quarta Constituição Republicana, de 1946, pretendia fortalecer a autonomia municipal. Instituíram-se o sistema de transferência dos Estados e o programa de ajuda federal aos Municípios. Cabia à União, alocar 10% do produto da arrecadação do imposto de renda,²⁰ em partes iguais aos Municípios, exceto as das capitais e, mais tarde,²¹ 15% do imposto sobre consumo, enquanto os Estados deveriam transferir 30% do excesso de arrecadação²² e 40% de qualquer imposto que viesse a ser criado.²³ Ademais, à Receita Tributária dos Municípios foram incorporados os impostos sobre indús-

²⁰ Constituição de 1946, Artigo 15 parágrafo 4.

²¹ Emenda constitucional nº 5 de 21 de novembro de 1961, Artigo 15, parágrafo 5.

²² Constituição de 1946, Artigo 20.

²³ Constituição de 1946, Artigo 21.

tria e profissões²⁴, e em 1961²⁵, o de propriedade rural e o de transmissão inter vivos. Os Estados, além de perder os impostos referidos, tiveram reduzida a alíquota do imposto de exportação a 5% "ad valorem".²⁶ A União, a par dos impostos previstos na constituição anterior, incorporou-se imposto sobre uma, dentre as operações de produção, comércio, distribuição, consumo, exportação e importação de lubrificantes e combustíveis, minerais e energia elétrica.²⁷

Os anos 50 foram marcados pelas dificuldades financeiras das unidades federativas, em particular, os municípios. A União contava com mecanismos, muito embora inflacionários, para financiar seus déficits de caixa, através da emissão de papel moeda e de empréstimos externos e internos. Os Estados, por sua vez, dispunham de uma fonte básica de recursos, o imposto sobre vendas e consignações, que se tornou, inclusive, o mais importante do país. Já os

²⁴ Constituição de 1946, Artigo 29.

²⁵ Emenda constitucional nº 5 de 21 de novembro de 1961, Artigo 29.

²⁶ Emenda constitucional nº 5 de 21 de novembro de 1961, Artigo 19.

²⁷ Constituição de 1946, Artigo 15.

municípios, a "crise financeira" do federalismo fiscal, consequência de um conjunto de encargos, requerendo dispêndios em montante superior aos que as receitas municipais alcançaram, era evidente. Basta observar que a receita total dos municípios, em termos reais, "per capita" decresceu cerca de 50%, de 1955 a 1964.²⁸ A ajuda federal, ao desconsiderar as diferenças entre os municípios, tornou o sistema de cotas inexpressivo, principalmente, para aqueles mais populosos. O critério de cota instituído é apontado, inclusive, como um dos fatores de multiplicação dos Municípios que, em 1950, eram 1844, chegando a 4 230 em 1963.²⁹

Como se não bastassem as dificuldades de caráter institucional na geração e repartição dos recursos públicos entre as esferas mencionadas, o processo de industrialização e urbanização, exigiam do governo, a cada momento, maiores dispêndios, seja para viabilizar a industrialização,

²⁸ Ministério da Fazenda, Receita e Despesa União, Estados e Municípios, Finanças do Brasil (Brasília 1971) pp. 43-57.

²⁹ Aloísio Barbosa de Araújo, Transferência de Impostos aos Estados e Municípios (Rio 1972) IPEA/INPES:

bem como atender à demanda crescente de serviços públicos.

Na década de 40 a 50, o governo aumentava sua participação na economia, criando diversas empresas públicas, como a companhia Vale do Rio Doce em 1942, a Fábrica Nacional de Motores e a companhia Nacional de Álcalis, em 1943, a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1944 e uma rede de agências estaduais de bancos de desenvolvimento a partir da instituição do BNDE em 1952. As empresas, organizadas na década de 40, refletiam antes de tudo, as condições impostas pela 2.^a Guerra Mundial, enquanto que a rede de agentes financeiros, na década seguinte, indicava a ambição de rápida industrialização. É de notar-se que, nas décadas mencionadas, o Orçamento Federal não permitia uma classificação por funções ao contrário dos Estados e Municípios.

Nos anos 60, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece um novo marco em termos de conceito e operacionalidade orçamentária. Estabelece as normas orçamentárias públicas segundo um sistema único, para as esferas dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Classifica as receitas segundo as categorias econômicas em corrente e

capital, desdobráveis em fontes, subfontes, rubricas e sub-rubricas. As despesas, por sua vez, apresentam uma classificação mista, por categorias econômicas em corrente e capital, desdobráveis em subcategorias e elementos de despesas e por funções,³⁰ desdobráveis em 65 programas e 85 subprogramas.

Em 1964, foi instalado o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, ao qual foi atribuída a competência para coordenar a elaboração e execução do Orçamento Geral da União e dos orçamentos dos órgãos e entidades paraestatais, de economia mista e subven_ucionadas pela União.³¹ Pela primeira vez, articulou-se um orçamento "consolidado" do Governo Federal, incluindo todas as receitas e despesas governamentais, inclusão esta, torna da obrigatória pela Constituição de 1967.

A Emenda Constitucional nº 18, em 1965, e a Constituição de 1967 modificaram, de forma substantiva, a

³⁰ Anexo 5 da Lei nº 4.320, modificado pelas portarias nº 9 de 28 de janeiro de 1974 e nº 4 de 12 de março de 1975.

³¹ Decreto nº 53.914, de 11/05/1964.

estrutura tributária vigente. Extinguiu-se o sistema de cota-parte, substituindo-se pelas transferências, via Fundo de Participação e de vinculações diretas nos impostos sobre combustíveis e lubrificantes, energia elétrica e minerais.

O Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios³² - FPE mobiliza recursos dos impostos de renda e sobre produtos industrializados. O critério de alocação de tais disponibilidades centra-se nas variáveis: população, área e renda "per-capita" dos respectivos participantes.

O Fundo de Participação dos Municípios- FPM, dispondo das mesmas fontes do FPE, reservou 10% de seus recursos aos Municípios das Capitais e 90% aos demais. O critério de distribuição aos primeiros é idêntico ao do FPE, enquanto que aos demais Municípios, a população representa o único parâmetro.

O Fundo Especial - FE, instituído em 1969, conta com as mesmas fontes mencionadas anteriormente e dis-

³² Os territórios foram incluídos a partir de 1969.

tribui, no mínimo, 75% de seus recursos aos Estados do Norte e Nordeste sem critérios pré-fixados. O restante tem be neficiado os Estados de Mato Grosso, Goiás e Espírito Santo.

Cabe ao Ministério do Planejamento a análise dos planos de aplicação de todos os Estados, Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios com população superior a 50.000 habitantes. Ao Tribunal de Contas da União, compete a fiscalização dos dispêndios aprovados das referidas entidades e dos Municípios de população inferior a 50.000 habitantes, que são dispensados da elaboração de programas de aplicação. O Imposto sobre produtos industrializados - IPI substitui o imposto sobre o consumo. Os Estados recuperaram o imposto de transmissão inter vivos, enquanto o imposto sobre vendas e consignações - IVC é substituído pelo imposto sobre circulação de mercadorias - ICM. No âmbito municipal, são agregados, sob o título de imposto sobre servi ços - ISS, os impostos sobre indústria e profissões e sobre diversões públicas. Os demais tributos são eliminados com exceção do imposto predial e territorial urbano.

Ao mesmo tempo em que a reforma tributária

instaurava um novo mecanismo de transferência de recursos, com critérios bem definidos, criando e substituindo impostos, retirava, também, pela primeira vez, a autonomia legal dos Estados e Municípios na fixação das alíquotas de seus tributos, ficando as mesmas a cargo do Senado Federal.

A par das modificações mencionadas, estabeleceu-se uma estrutura rígida de vinculação de recurso às despesas de capital e a programas especiais, determinando, desta forma, a imobilidade na alocação de fundos pelas esferas mencionadas.

Como se observa, a reforma tributária representou o fortalecimento do poder central, em detrimento das demais unidades. A sistemática, então implantada, trazia no bojo de suas formulações, a maior "racionalidade" do sistema tributário, a "eficiência" do aparelho fiscal, principalmente o arrecadador e a possibilidade de "efetiva" atuação da política econômica.

Neste novo quadro, competia à União:³³

³³ Emenda Constitucional nº 18, de 1 de dezembro de 1965, Artigos, 7, 8, 11, 14 e 16.

- imposto sobre a importação de produtos estrangeiros;
- imposto sobre exportação de produtos para o estrangeiro;
- imposto sobre a propriedade territorial - rural;
- imposto sobre produtos industrializados (IPI);
- imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro, e títulos e valores imobiliários;
- imposto sobre serviços de transporte e comunicações;
- imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza;
- imposto sobre combustíveis e lubrificantes (IUCL);
- imposto sobre energia elétrica (IUÉE);
- imposto sobre minerais.

Aos Estados competia:³⁴

- transmissão, a qualquer título, de bens imóveis;
- operações relativas à circulação de mercadorias (ICM);

Aos Municípios couberam:³⁵

³⁴ Emenda Constitucional nº 18, de 1 de dezembro de 1965, Artigos 9 e 12.

³⁵ Emenda Constitucional nº 18, de 1 de dezembro de 1965, Artigos 9 e 15.

- propriedade predial e territorial urbana;
- serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados (ISS).

A estrutura dos impostos, acima mencionados (base de cálculo, alíquotas, incidência, vinculação, etc.), bem como sua evolução recente, será analisada a seguir.

3.2. As Receitas e Despesas do Orçamento 1960-1981.

Procurou-se apresentar até o momento, breve histórico do quadro fiscal a partir da 1.^a Constituição Republicana até a reforma tributária dos anos 65/67. Passa-se, agora, à análise da estrutura das receitas e despesas do orçamento da União.

Convém assinalar, inicialmente, que o Orçamento da União, contempla recursos e dispêndios da administração direta e de entidades da administração indireta que recebem transferências do Tesouro Nacional.

A título de ilustração, as receitas e despesas da União tal como previstas no orçamento de 1981, são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2: Receitas e Despesas da União - 1981

Cr\$ milhões

<u>Receitas</u>		<u>Despesas</u>	
<u>RECEITAS DO TESOURO</u>	1.888,5	<u>DESPESAS DO TESOURO</u>	1.888,5
<u>Receitas correntes</u>	1.850,5	<u>Despesas correntes</u>	900,3
Tributária	1.468,5	Custeio	267,3
Patrimonial	23,8	Transferência	633,0
Industrial	0,2	<u>Despesas de Capital</u>	691,2
Transferências	128,4	- Investimento	303,2
Diversos	229,6	- Inversões Financeiras	39,3
Receitas de Capital	38,0	- Transferência	348,7
		<u>Reserva de Contin gência</u>	297,0
<u>RECEITAS DE OUTRAS</u>		<u>DESPESAS DE OUTRAS</u>	
<u>FONTES</u>	189,1	<u>FONTES</u>	189,1
<u>Receitas Correntes</u>	103,5	<u>Despesas Correntes</u>	98,8
<u>Receitas de Capital</u>	85,6	<u>Despesas de Capital</u>	90,3
<u>TOTAL GERAL</u>	2.077,6	<u>TOTAL GERAL</u>	2.077,6

FONTE: Orçamento da União, 1981 (previsto)

A lei Orçamentária estima as receitas em Cr\$ 2 077 bilhões e fixa a despesa em igual valor. Desse total Cr\$ 1 888 bilhões (91%) constituem-se em Receitas do Tesouro e Cr\$ 189 bilhões (9%) referem-se às Receitas de Outras Fontes, formadas com recursos próprios, gerados por entidades da administração indireta que, recebendo transferências do tesouro, tem sua receita diretamente arrecadada consolidada em termos globais no orçamento.

Uma das formas de perceber os recursos e dispêndios da União é via a classificação econômica em corrente e capital.¹ Entende-se, por receita corrente, o conjunto das receitas tributária, patrimonial, industrial e diversas e ainda os recursos financeiros recebidos a título de transferência, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes. Por outro lado, define-se Receita de capital como as provenientes de operações de crêdito, da alienação de bens, da amortização de empréstimos concedidos e das transferências, destinadas a atender despe

¹ Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Artigo 11.

pesas classificáveis em despesas correntes. Por outro lado, define-se Receita de capital como as provenientes de operações de crédito, da alienação de bens, da amortização de empréstimos concedidos e das transferências, destinadas a atender despesas de capital.

O saldo em conta corrente de Cr\$ 954,9 milhões (46%), obtido da diferença entre receitas e despesas correntes, constitui-se a poupança do governo e destina-se a financiar as despesas de capital e a reserva de contingência.

Na receita tributária, incluem-se os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria. A receita patrimonial refere-se ao resultado financeiro da exploração do patrimônio, incluindo juros, dividendos e aluguéis. A Industrial resulta da venda de mercadorias ou da prestação de serviços de natureza empresarial. Em Diversas incluem-se as multas, contribuições, cobranças da dívida ativa e outras.

Devido às características do orçamento da União, as despesas podem ser observadas, a par da classificação econômica, sobre outras óticas, a saber:

Segundo suas fontes de financiamento em des-

pesas à conta de todos os recursos, à conta exclusiva do tesouro (ordinário ou vinculado) e à conta de outras fontes;

Pela ótica institucional, em despesas dos poderes legislativo, judiciário, executivo, encargos gerais da União, transferência para os Estados e Municípios e reserva de contingência;

Pela ótica funcional-programática em funções programas, subprogramas, atividades e projetos.²

No Brasil, o processo de elaboração orçamentária, consiste inicialmente em estimar as receitas correntes. Destas são deduzidas as Transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios, os recursos vinculados, as despesas com pessoal e encargos sociais chegando-se assim à disponibilidade de recursos para programação anual. Assim, em contraste com alguns países, as despesas são fixadas tendo em vista a previsão da receita. Parte desta vincula-se a usos ou ór-

² Pela Portaria nº 25 SOF/SEPLAN de 14 de julho de 1976 as 16 funções são: Legislativa; Judiciária; Administração e Planejamento; Agricultura; Comunicações; Defesa Nacional e Segurança; Desenvolvimento Regional; Educação e Cultura; Energia e Recursos Minerais; Habitação e Urbanismo; Indústria; Comércio e Serviços; Relações Exteriores; Saúde e Saneamento; Trabalho; Assistência e Previdência; Transporte.

gãos específicos e outra porção constitui-se de recursos livres ou ordinários do Tesouro Nacional. Nos últimos anos, os percentuais de vinculação da receita do tesouro tem aumentado sensivelmente, dificultando, desta maneira, a implementação da política econômica. Modificações substanciais foram introduzidas³ na estrutura de vinculações das receitas, de tal forma que, a partir de 1983, todos os recursos do tesouro, exceto os vinculados aos Estados, Municípios, Distrito Federal e territórios, representaram-se de forma ordinária. As desvinculações dar-se-ão de forma gradual nos exercícios de 1981 e 1982. Dos recursos vinculados, 50% serão transferidos à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento econômico-FND, administrado pela Secretaria de Planejamento, respeitando, apenas às exceções mencionadas. Em 1983, com a extinção do FND, os recursos se tornam ordinários da União.

5

A Tabela 5, em anexo, demonstra a composição da receita do Tesouro Nacional no período 1960-1981. Nesta,

³ Decreto-lei nº 1754 de 31.12.79.

observa-se, a arrecadação de todos os impostos diretos e in diretos⁴ (80%) das taxas (7%) e de outras receitas (13%) de competência da União.

Em termos de geração de recursos, o IPI re-presentou o principal tributo durante quase todo período, muito embora, a sua participação relativa tenha decrescido a partir de 1969, quando chegou a explicar isoladamente 46% da receita. No início de 1979, denotando apenas 25% da receita, o IPI cedeu lugar, em termos absolutos e relativos, ao IR. O IPI com uma ampla estrutura de alíquotas, incide em diversos produtos, porém, em 1979, 40% de sua arrecadação proveio do fumo, seguido da tributação de automóveis e bebidas. No período 60/67, constatou-se uma tendência geral de elevação das alíquotas, enquanto, entre 67 e 72, observou-se a manutenção das mesmas.⁵ Cabe ressaltar que os produtos que tiveram as alíquotas alteradas incluem-se tanto os supérfluos co

⁴ Um imposto é considerado direto quando a base econômica de contribuições e a renda ou o patrimônio é indireto quando a base é a transação com mercadorias ou serviços.

⁵ Entre 67/72, dos 99 capítulos do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados-RIPI, 64 não sofreram praticamente nenhuma alteração, 23 tiveram alíquotas majoradas e 10 apresentaram reduções e 2 ora aumentos ora redução.

mo os de maior essencialidade. Embora as alíquotas tenham permanecido de algum modo estáveis, entre 67/72, a arrecadação experimentou incremento real, em virtude do crescimento acelerado da economia. A partir de 1974, devido à queda do nível de atividade econômica e a larga utilização do imposto como instrumento de política, mediante a concessão de incentivos fiscais, o IPI passa a indicar uma tendência declinante.

O IR, por seu turno, manteve certa estabilidade face à receita, oscilando de 23% em 1961 e 29% em 1979. Convém assinalar, entretanto, que o IR aqui considerado, refere-se à arrecadação líquida, de restituições e incentivos, das pessoas físicas e jurídicas e da parcela retida na fonte. Visto a existência de legislações específicas para cada caso mencionado, o montante líquido resulta de simultâneas modificações institucionais, muitas das vezes de efeitos opostos no montante global. Em 1979, a composição do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas e a parte retida na fonte foram respectivamente 7%, 19% e 72% da arrecadação bruta, da qual 19% contemplaram as restituições. O IR experimentou cres

cimento real em todo período focalizado, exceto em 1962, 66 e 67. Abstraindo-se de mudanças legais, os parâmetros básicos associados à arrecadação do IR são o produto interno Bruto à correção média dos salários e à expansão do número de contribuintes.

O IUCL, a terceira fonte de recursos do Tesouro, variou entre 11% e 10% no período analisado. Como se sabe, durante a década de 60, os preços internacionais de petróleo bruto tenderam a cair em termos reais. Inclusive, os dispêndios totais do Brasil, em dólares com a importação de petróleo, decresceram durante o período 1961 a 1965, muito embora o consumo tenha aumentado. Assim, as oscilações reais verificadas na arrecadação do imposto devem-se, fundamentalmente, às variações da taxa de câmbio. No início da década de 70, a tendência de queda, nos preços internacionais é invertida, chegando o preço a ser multiplicado por 5 em curto período, a partir de 1973. Vista a elevação vertiginosa nos preços do petróleo, durante a última década, o governo utilizou-se da estrutura das alíquotas de modo a normalizar a receita do tributo. Assim, em 1971 e 1974, as

alíquotas são reduzidas para compensar o aumento dos preços. Já em 1975,⁶ elevou-se, em média, 40% as alíquotas do imposto, mantendo-se, entretanto, o diferencial de crescimento para o óleo diesel e gás liquefeito de petróleo. Em 1976, introduz-se o adicional⁷ de 12% a ser cobrado conjuntamente com o imposto. Nos últimos anos, as alíquotas foram novamente alteradas a fim de evitar pressões inflacionárias. Assim, o custo CIF do Petróleo importado e o consumo de seus derivados, a taxa de câmbio e a estrutura das alíquotas são os parâmetros básicos associados à arrecadação do IUCL.

O imposto de importação, oscilando entre 9% (1960) e 7% (1979) da receita, responde às flutuações da importação de mercadorias⁸, ao dólar fiscal⁹ e secundariamente da estrutura das alíquotas.¹⁰

⁶ Decreto nº 1.420 de 09/10/75.

⁷ Lei nº 6 261 de 1975.

⁸ Verificou-se o declínio das importações de mercadorias nos anos 63, 64 77 e a expansão no período 1968 a 1974.

⁹ Nos anos 60, 61 e 62 o reajuste do dólar fiscal foi quase que periódico

¹⁰ Nos anos 75/76, o decreto 1 431 de 5.10.75 aumentou em média 100% as alíquotas para os bens supérfluos, em 30% para os intermediários e reduziu de 50% para 80% para importação de máquinas e equipamentos.

O IOF, localizando-se entre 4% e 5% da receita deve, a partir de 1980, aumentar a sua participação devido a sua reestruturação.

A tabela 5.22 em anexo, apresenta a receita, a despesa e as formas de financiamento dos déficits de caixa do Tesouro Nacional. O resultado de caixa do tesouro, obtido da diferença entre as receitas e despesas, financia-se pelo público e pelas Autoridades Monetárias (Banco do Brasil e Banco Central). Como se observa, o Tesouro teve déficits durante o período de 1960 a 1972. O Financiamento pelo público se processa mediante a colocação líquida de títulos (LTN, ORTN) e com outros recursos como definidos no quadro. O financiamento pela venda de títulos ao público só foi efetivamente possível após o lançamento das ORTNs em 1964 e das LTNs em 1970. Antes, operava-se quase que exclusivamente pelas Autoridades Monetárias via de regra pela emissão de papel moeda.

CAPÍTULO IV

O ORÇAMENTO MONETÁRIO

O orçamento monetário constitui-se de uma técnica contábil de programação monetária de curto prazo, elaborado a partir do Balanço Consolidado das Autoridades Monetárias (Banco Central do Brasil e Banco do Brasil).¹ Foi instituído a partir da reforma bancária em 1964, com o objetivo de viabilizar o controle e a implementação da Política Monetária. É elaborado, anualmente, pelo Banco Central e aprovado pelo Conselho Monetário Nacional.

Partindo-se de um sistema de equações contábeis e de algumas relações que definem o comportamento do público e dos bancos comerciais é possível obter os valores das contas das Autoridades Monetárias.

Esta técnica permite programar as inter-relações entre as contas das Autoridades Monetárias e dos bancos Comerciais bem como entre o total das contas ativas com a

¹ O orçamento monetário constitui-se de uma programação e como tal ex-ante, enquanto que o Balanço das Autoridades Monetárias refere-se ao ex-post.

composição da base monetária.

A programação visa, em última instância, a determinar o volume desejado de meios de pagamento, compatível com a expectativa futura do crescimento dos preços, do produto interno bruto e da velocidade-renda da moeda. A variação, desejada no volume de meios de pagamento, deve considerar, também, os demais objetivos da política do governo (salarial, cambial, etc.), de forma a manter a liquidez do sistema, compatível com o nível de atividade econômica dos diversos mercados.

Para corrigir os desvios das metas estabelecidas, as Autoridades Monetárias contam com diversos instrumentos tradicionais, como o redesconto, o depósito compulsório dos bancos comerciais, as operações de mercado aberto e de outros menos ortodoxos, tais como: o controle direto do crédito, do subsídio e da taxa de juros, administradas para alguns tipos de operações financeiras.

Até 1964, não existia, praticamente, controle sobre a oferta monetária. Os déficits de caixa do Banco do Brasil, devido aos déficits do Tesouro Nacional ou à ex-

pansão desmedida do crédito, eram cobertos, diretamente, com emissões de papel moeda. Em 1964, a base institucional para execução da política monetária torna-se mais sólida (com a criação do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional e da previsão monetária via orçamento monetário) e as autorizações para emissão do papel moeda passam para o âmbito do Banco Central.

A classificação das contas no Balanço Consolidado das Autoridades Monetárias tem variado ao longo do tempo, refletindo, via de regra, mudança no quadro institucional (criação, fusão e extinção de fundos e programas, administrados pelas Autoridades Monetárias)² e a falta de integração entre os orçamentos monetário, fiscal e das empresas estatais. Neste sentido, incluíam-se, até 1980, no orçamento das Autoridades Monetárias, contas tipicamente fiscais, tais como: a) subsídios diretos ou indiretos à comercialização agrícola (trigo, açúcar) e ao petróleo; b) política de preços mínimos e de estoque reguladores de produtos

² Para se ter uma idéia, nas últimas décadas foram criados 165 Fundos Federais, enquanto 82 foram extintos.

agrícolas; c) custeio de entidades públicas (CEPLAC, IBC , etc.); d) gastos a fundo perdido de programas do governo ; e) encargos referentes ao serviço da dívida pública interna. A partir de 1980, têm-se minimizado as distorções referidas, transferindo-se parte do componente fomento, embutido no orçamento das Autoridades Monetárias, para o fiscal. O efeito direto das desarticulações mencionadas, como a criação desmedida de fundos e programas para acomodar os recursos necessários àqueles projetos especiais, não fere, tão somente, o princípio da unicidade orçamentária, mas repercute, diretamente, na base monetária e, através do efeito do multiplicador da base, nos meios de pagamento.

O quadro, a seguir, reproduz o Balanço consolidado das Autoridades Monetárias.

Como se observa, a base monetária e o passivo não monetário esgotam o total do passivo (dos recursos) das Autoridades Monetárias. A base monetária é, por definição, no caso brasileiro, igual ao papel moeda em circulação, mais os depósitos dos bancos comerciais (voluntário e compulsório) nas Autoridades Monetárias, mais os depósitos à vista do Banco do Brasil.

Tabela 5: Autoridades Monetárias - Balanço Consolidado - Fluxos em Cr\$ Milhões

ATIVO	1977	1978	1979	PASSIVO	1977	1978	1979
1. Crédito a Instituições Financeiras	53 835	-352	32 445	1. PASSIVO NÃO-MONETÁRIO	114 992	228 583	298 965
1.1. Redescontos	6 620	7 265	16 974	2. Recursos Líquidos do Tesouro Nacional junto às Autoridades Monetárias	-10 992	-10 154	-84 995
1.2. Empréstimos e Adiantamentos	7 786	-1 747	-2 649	3. Recursos de Fundos e Programas	51 476	10 725	50 837
1.3. Fundos e Programas	32 636	-68 299	17 039	FUNAGRI	20 039	9 910	10 733
1.4. Outros Créditos	6 793	959	1 081	PROTERRA	796	- 207	96
2. Empréstimos do Banco do Brasil	104 331	119 450	282 830	RESERVA MONETÁRIA	5 793	43 896	-8 865
3. Créditos ao Setor Público	7 965	-2 817	10 370	OUTROS	24 848	-43 288	48 873
4. Créditos a Instituições Não-Financeiras c/Recursos de Fundos e Programas	1 573	-8 467	1 691	4. Outros Depósitos	7 097	24 136	28 550
5. Títulos e Valores Mobiliários	4 244	10 241	9 784	5. Recursos Próprios (Banco Central e Banco do Brasil)	51 255	29 272	69 421
6. Imobilizado	10 153	7 512	16 408	6. Recebimento Previdência Social	-82	202	- 843
7. Contas Cambiais	31 854	271 492	279 323	7. Operações Cambiais	13 343	164 779	221 220
8. Demais Contas	-42 852	-93 516	-129 856	8. Depósito de Entidades Financeiras Internacionais	2 895	9 623	14 735
				9. PASSIVO MONETÁRIO (BASE)	56 111	74 960	204 030
				10. Papel Moeda em Circulação	19 949	31 778	81 975
				11. Depósito dos Bancos Comerciais	28 006	26 225	70 746
				12. Depósito à Vista no Banco do Brasil	8 156	16 957	51 309
TOTAL DO ATIVO	171 103	305 543	502 995	TOTAL DO PASSIVO	171 103	303 543	502 995

De outra forma, a base constitui-se do total das aplicações (ativo) menos os recursos não monetários (passivo não monetário). Representa, pois, o montante das exigibilidades líquidas que as Autoridades Monetárias dispõem para financiar as suas operações ativas. Assim, a base representa a variável primordial da programação monetária, visto que as demais, em geral, são tratadas como função linear dessa. Teoricamente, as Autoridades Monetárias dispõem dos instrumentos requeridos para ordenar suas aplicações e seus recebimentos de recursos não monetários, o que significa controlar a base monetária. Na prática, existem contas que não estão sob a gestão absoluta das Autoridades Monetárias, tais como: o resultado do comércio exterior, o déficit do Tesouro Nacional, o aumento dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado através de rubricas especiais (contas em aberto), decorrentes da quebra de safras agrícolas ou de assistência às regiões assoladas, por acidentes climáticos, cujos desvios afetam a base.

Como se sabe, a oferta de moeda reflete o comportamento das Autoridades Monetárias, do público e dos

bancos comerciais, que, teoricamente, são captados por intermédio da base e do multiplicador dos meios de pagamento.

As autoridades Monetárias agem sobre a oferta através dos instrumentos de política de que dispõem (reservas compulsórias, redescontos de liquidez, operações com títulos, etc.).

O público participa da preferência de manter ativos, sob a forma de papel moeda ou depósitos à vista nos bancos. Os bancos comerciais interferem na oferta monetária quando, por exemplo, decidem o montante de empréstimos ao público ou o volume de reservas voluntárias junto ao Banco Central.

Os meios de pagamentos são, pois, um múltiplo da Base ($M=k.B$). A Literatura econômica apresenta várias definições para moeda, que no Brasil, podem ser interpretadas como:

M_1 = Papel-moeda em poder do público + depósito à vista nos Bancos Comerciais e no Banco do Brasil.

M_2 = M_1 + depósitos à vista nas Caixas Econômicas e LTN em poder do público.

M_3 = M_2 + 50% dos depósitos de poupança, depósitos a prazo, Letras de Câmbio e Letras Imobiliárias.

O conceito mais difundido é de M_1 , muito embora os demais sejam úteis, dependendo do que se tem como objeto de análise. Como se viu, a diferença entre as definições apresentadas referem-se ao grau de liquidez dos diversos ativos.

O passivo não monetário pode ser resumido em 5 contas, a saber: as operações com o Tesouro Nacional; os recursos do fundos e programas, administrados pelas Autoridades Monetárias; os recursos próprios das Autoridades Monetárias; as operações cambiais e outros depósitos.

a) As operações com o Tesouro Nacional constituem o elo entre o Balanço Consolidado das Autoridades Monetárias e o Balanço Fiscal. As tabelas, a seguir, apresentam os recursos líquidos do Tesouro Nacional junto às Autoridades Monetárias segundo as duas óticas.

Observadas sob enfoque das Autoridades Monetárias (tabela 6), as operações com o Tesouro Nacional constituem-se do débito líquido junto ao público menos o déficit acumulado do Tesouro Nacional mais outras operações, devido à existência de recursos em trânsito com o tesouro.

Tabela 6: Orçamento Monetário - Passivo Não Monetário -
Operações com Tesouro Nacional
Fluxos em Cr\$ Milhões

Período	Operações com Tesouro Nacional Vinculado à Execução Orçamentária			Outras Operações	Total
	Débito Líquido Junto ao Público	Déficit Acumulado	Total		
	1*	2*	3=1-2	4*	5=3+4
1975	16.283	-73	16.356	-3.836	12.520
1976	19.980	1.385	18.595	3.747	22.342
1977	-3.445	21	-3.466	-7.526	-10.992
1978	-5.371	-3.925	-1.446	-8.708	-10.154
1979	-74.990	979	-74.011	-10.944	-84.955

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil

1* Sinal - representa Retirada de Recursos do Público;
 Sinal + representa entrega de Recursos ao Público

2* Sinal - representa Superavit do Tesouro Nacional
 Sinal + representa Déficit do Tesouro Nacional

Tabela 7: Tesouro Nacional

Recursos Líquidos do Tesouro Nacional junto às Autoridades Monetárias
Fluxos em Cr\$ Milhões

Período	Operações de Crédito Junto ao Público				Outras Operações	Total	Resultado de Caixa do TN	CEF	Total	Total dos Recursos Líquidos do TN junto às AM
	Colocação Liq./LTN	Colocação Liq./ORTN	Depósitos de Contribuintes	Total						
	A	B	C	D=A+B+C						
1975	2.100	14.267	29	16.297	-14	16.283	73	-	73	16.356
1976	26.061	-5.006	24	21.079	-1.099	19.980	423	1.808	-1.385	18.595
1977	12.474	-13.147	34	- 639	-2.806	-3.445	1.043	1.064	-21	-3.466
1978	2.830	4.932	39	7.801	-13.172	-5.371	4.872	947	3.925	-1.446
1979	-62.692	926	31	-61.735	-13.255	-74.990	2.296	1.317	979	-74.011

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil

E* inclui o custo da dívida interna cobertos em Recursos Orçamentários + rendas de operações com títulos federais das carteiras próprias do Banco Central e do Brasil
- as transferências para o FUNAGRI e FINEX

J* estes recursos estão distribuídos entre o Banco do Brasil e Central.

Visto pela ótica do Tesouro (Tabela 7), os re cursos líquidos junto às Autoridades Monetárias compõe-se da colocação líquida de títulos (LTN e ORTN), dos depósitos de contribuintes, de outras operações e do resultado de caixa do tesouro, excluídas as transferências a título de previdência social à Caixa Econômica Federal.

Assim, como se depreende dos quadros, as colu nas 1, 2 e 3 equivalem, respectivamente, às colunas F, I e J. Note-se, também, que a inversão de sinal dos valores, anotados nas colunas 2 e 1, denota o jogo contábil de débito e cré dito entre as duas entidades.

b) Os recursos de fundos e programas, administrados pelas Au toridades Monetárias incluem: o Fundo de Defesa de Produtos de Exportação - FDPE; o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria - FUNAGRI; o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, PROTERRA; Reserva Monetária e os demais fundos administra dos pelo Banco do Brasil (PASEP, FDU, Fiset, FUNPROÇUCAR, FURAI SUL, FURAINAR). Observa-se que as transferências en tre os fundos são cancelados na consolidação.

O FDPE³ tem como objetivo, o fomento da lavoura de produtos agrícolas exportáveis e o subsídio ao consumo interno do óleo e do farelo de soja. Conta com recursos, advindos de quotas de contribuição sobre a exportação de café, soja em grão, óleo, farelo e torta, da venda dos estoques oficiais de café ao mercado interno e externo e de adiantamentos do Banco Central.

A Reserva Monetária decorre da Lei nº 5.143, de 20/10/66 e constitui-se, basicamente, de recursos provenientes da arrecadação do imposto sobre operações financeiras - IOF. Suas aplicações estão sujeitas à destinação dada pelo Conselho Monetário Nacional.

O FUNAGRI, instituído em 1965,⁴ incorpora fundos pré-existentes atualmente inseridos em suas subcontas,⁵

³ Este fundo foi instituído pela Resolução SUMOC nº 205 de 12/5/61, recebendo a denominação contábil de Fundo de Reserva de Defesa do Café. Com a criação do Banco Central em 1964, o fundo passou a denominar-se Fundo de Defesa de Produtos Agropecuários, assim permanecendo até 1975. Pelo voto do Conselho Monetário nº 11/75, tomou a denominação de Fundo de Defesa dos Produtos de Exportação-FDPE.

⁴ Decreto-Lei nº 56.835 de 3 de setembro de 1965.

⁵ Foram incorporados como subconta do FUNAGRI: Fundo Nacional de Refinamento Rural - FNRR; Fundo de Democratização do Capital das Empresas - FUNDECE; Fundo para o Desenvolvimento Pecuário - FUNDEPE e o Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola - FUNDAG.

a fim de prover recursos para o financiamento da indústria e da agricultura em especial, no que tange às operações de crédito rural. Dispõe de recursos mobilizados pelo Banco Central, de instituições nacionais e internacionais (BID, BIRD) de recursos do Tesouro Nacional, de resultados operacionais e de transferência de outros fundos (FDPE e Reserva Monetária).

O PROTERRA, criado em 1971, atua, prioritariamente, nas áreas da SUDAM e SUDENE, no fomento da agroindústria. Conta com recursos do Tesouro Nacional, de 20% dos incentivos fiscais do imposto de renda das pessoas jurídicas e de empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais.

c) Nos Depósitos Diversos, incluem-se, os depósitos restituíveis sobre óleo combustível, sobre importação, sobre viagens ao exterior⁶ e em moeda estrangeira.

Os depósitos restituíveis em moeda estrangeira, criados em 1978, visam a manter um nível desejado de re-

⁶ Foi instituído em 1976 e extinto em janeiro de 1980.

servas internacionais e a possibilitar controle monetário através da esterilização do contra valor em moeda nacional dos empréstimos em moeda estrangeira, tomados pelo setor público e privado. Os prazos e percentuais dos recursos, depositados junto ao Banco Central, têm variado no tempo, arcando as Autoridades Monetárias com o risco cambial.

Os restituíveis (1975-1983) sobre a importação, correspondem a 100% do valor FOB em cruzeiros das mercadorias importadas, de natureza não essencial. Ficam disponíveis no Banco Central pelo prazo de 12 meses. A lista dos produtos, sujeitos ao confisco cambial, é determinada pelo Banco Central e tem sido reduzida ao longo do tempo.

O depósito restituível sobre óleo combustível, instituído em 1977, a princípio sobre vários derivados de petróleo e restrito, posteriormente, ao óleo combustível é recolhido pelos consumidores pelo prazo de 730 dias (sem contar juros e correção monetária) e equivale a 50% do preço final do produto.

As operações ativas das Autoridades Monetárias podem ser reunidas, como se observa na Tabela 1, em sete con

tas: o crédito a instituições financeiras, os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado, o crédito a instituições não financeiras com recursos de fundos e programas administrados pelas Autoridades Monetárias, contas cambiais, títulos e valores mobiliários exclusive LTN e ORTN, mobilizado e demais contas.

Os redescontos traduzem os refinanciamentos realizados pelo Banco Central e agentes financeiros que concedem empréstimos em linhas especiais de crédito (ao café, cacau, fumo, mamona, sisal, comercialização agrícola, manufaturados exportáveis, etc.) e que, posteriormente, recorrem ao Banco Central para reaver parte dos recursos aplicados. As taxas cobradas pelo Banco Central para o refinanciamento, bem como a remuneração dos agentes e os encargos devidos pelos mutuários, variam de acordo com os programas e os valores das operações.

Os empréstimos e adiantamentos incluem os redescontos clássicos de liquidez, nos quais, os agentes financeiros (banco comerciais de investimento, sociedades de crédito financiamento e investimento, etc.) recorrem ao Banco

Central para suprirem os desequilíbrios de caixa.

Os fundos e programas incluem parte das aplicações da reserva monetária, FUNAGRI e FDPE - café através das instituições financeiras.

A oferta de títulos é manipulada, ao longo do ano, de modo a assegurar que os meios de pagamento sigam a trajetória prevista. Estas operações são usadas para neutralizar os desvios da base, resultantes das flutuações imprevistas no saldo do ativo e dos recebimentos de recursos não monetários pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil, bem como das variações, também imprevistas, no multiplicador da moeda. Fato este devido a mudanças nos hábitos do público quanto à composição de haveres monetários e a modificações na relação encaixe/depósito dos bancos comerciais.

As Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) introduziram-se em 1964, com prazos de vencimento que variavam de 3 a 20 anos, com juros mínimos de 6% ao ano e correção monetária ou cambial trimestral.

Em 1970, lançaram-se as Letras do Tesouro Nacional (LTN), em volume, que no máximo deveriam atingir 10%

dos meios de pagamento no ano anterior. Os títulos eram emitidos ao portador, com o prazo mínimo de resgate de 35 dias.

Adotaram-se, ao longo dos anos que se sucederam, diversas alterações, quanto ao juro, prazos de resgates, etc. com o objetivo de atender às necessidades imediatas da política monetária. Criava-se, assim, um mecanismo de captação de recursos não inflacionários para financiar os déficits do Tesouro Nacional.

As demandas pelos títulos foram estimuladas pelo Governo através de incentivos e medidas compulsórias. Dentre os principais estímulos, destacam-se a introdução da correção monetária ou cambial, a possibilidade de substituição por títulos de parte das reservas compulsórias dos bancos comerciais junto ao Banco Central, prazos de resgates, relativamente curtos, com taxas de juros atraentes, além de deduções do imposto de renda. Compulsoriamente, estabeleceram-se a aplicação de excedentes financeiros de entidades da administração indireta, a composição da reserva técnica de companhias de seguro e o repasse de recursos entre esferas do governo através de títulos.

As LTNs firmaram-se como títulos de curto pra
zo e em volume de subscrição bruta bem superior às ORTNs, que
ficaram exclusivamente para os mercados de médio e longo pra
zo.

✱

CAPÍTULO V

EVIDÊNCIA EMPÍRICA E CONCLUSÕES

As equações estimadas em relação às receitas e despesas orçamentárias (orçamentos fiscal e monetário) são apresentadas na tabela 8. Os números entre parênteses correspondem à estatística "t" de Student e todos os parâmetros estimados são significativamente diferentes de zero, pelo menos, a 5%. A inflação mostrou-se significativa tanto em relação às receitas como às despesas do governo, muito embora com sinais distintos, enquanto que, a aceleração da inflação, como medida de expectativas, é relevante em apenas dois itens de receita - impostos de renda e energia. A magnitude dos efeitos da inflação para todos os casos é grande, variando entre -2.0 e 17.0. A elasticidade renda, com elevado nível de significância, é positiva, variando entre 0.01 e 0.95 nas variáveis fiscais e pouco superior à unidade nas monetárias. Isto mostra, que o orçamento monetário é mais sensível às flutuações cíclicas do produto. Os interceptos podem ser tomados como indicador da produtividade da estrutura dos impostos. Os R^2 estão situados em torno de 0.95 e os problemas,

devido à autocorrelação dos resíduos, mostraram-se aceitáveis na maioria das vezes.

O produto potencial, estimado por tendência e ajustado ao pico (em 1976), foi testado de forma linear e exponencial para o período de 1950 a 1981. Em ambos os casos, a taxa de crescimento do produto potencial situou-se próxima de 7% a.a. O resultado linear obtido a partir da equação (1) e apresentado na tabela 9.

$$\text{LYR} = 13.9815 + 0.0691 T \quad (1)$$

(484.64) (51.72)

$$R^2 = 0.99$$

$$F = 2674.86$$

$$DW = 0.2514$$

onde LYR = Logarítmo do PIB real.

T = tempo

Obteve-se para curva de oferta agregada a estimativa seguinte:

$$\dot{P}_t = 11.1708 + 1.04 \dot{P}_{t-1} - 1.1262 \dot{H}_t \quad (2)$$

(2.2285) (8.8864) (-2.4810)

$$R^2 = 0.7326$$

$$F = 39.7342$$

$$DW = 21.502$$

Tabela 8: Variáveis do Orçamento Fiscal e Monetário
(Período 1960/81)

Variáveis c	Constante	Produto Interno Bruto Real a	Inflação b	Aceleração da Inflação	R ²	Durbin Watson	F
Imposto de Renda	- 565.284 (-9.9118)	0.2927 (39.2194)	-	-3.8866 (-2,4906)	0.9897	1.3158	910.915
Imposto sobre Produtos Industrializados	519.573 (3.4805)	0.2918 (13.9542)	-15.0935 (-5.9698)	-	0.9112	1.8162	97.5170
Imposto sobre Importação	-	0.0777 (14.9662)	- 2.0050 (-2.4061)	-	0.8831	1.2206	151.118
Imposto sobre Energia	- 84.5120 (-6.2628)	0.0328 (18.1398)	-	-1.0900 (-2,9522)	0.9502	1.3404	181.211
Imposto Único sobre Minerais	- 35.7538 (-8.8819)	0.01047 (20.4227)	-	-	0.9542	0.6137	418.084
Outras Receitas	- 745.828 (-6.8251)	0.1615 (10.5555)	6.8608 (3.7069)	-	0.9154	2.5373	102.793
Taxas	- 348.755 (-7.3551)	0.08766 (14.5138)	-	-	0.9133	0.6246	210.651
Despesas Liberadas	- 119.732* (1.0121)	0.5571 (36.9701)	-	-	0.9856	1.5346	1.366.79
Despesa Vinculada	- 820.350 (-2.9531)	0.4790 (12.3101)	-10.3035 (-2.1899)	-	0.8980	0.8789	83.6372
Despesas Diversas	-	0.9579 (36.4827)	- 8.4204 (-1.9976)	-	0.9793	1.3861	946.608
Total das Aplicações (Ativo)	-4305.41 (-6.0589)	1.3060 (13.1196)	17.0813 (1.4192)	-	0.9277	1.8929	121.878
Passivo Não Monetário	-4470.88 (-7.3109)	1.1214 (13.0905)	13.6303* (1.3159)	-	0.9226	2.4101	120.390

a. Variáveis em Cr\$ Milhões a preços de 1980, segundo Deflator implito das Contas Nacionais

b. Índice Geral de Preços por Atacado, Disponibilidade Interna, base 1980=100

c. Variáveis Deflacionadas IPA/DI base 80=100.

Todos os parâmetros são significativamente diferente de zero com 5%, a menos dos assinalados com (*).

Tabela 9: Produto Real e Potencial 1950 - 1981

(Cr\$ bilhões constantes de 1980)

Período	Produto Nominal	Produto Real	Crescimen to do Pro duto Real	Produto Potencial Real	Hiato do Produto	Acelera- ção do Hiato do Produto
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
1950	328.56	1 640	6.5	1 713	4.45	-
1951	389.66	1 738	6.0	1 837	5.70	1.25
1952	479.74	1 889	8.7	1 970	4.29	-1.41
1953	566.92	1 936	2.5	2 113	9.14	4.85
1954	757.58	2 132	10.1	2 244	5.25	-3.89
1955	945.95	2 279	6.9	2 407	5.62	0.37
1956	1 202.55	2 352	3.2	2 582	9.78	4.16
1957	1 470.73	2 542	8.1	2 749	8.14	-1.64
1958	1 759.93	2 738	7.7	2 949	7.71	-0.43
1959	2 401.96	2 892	5.6	3 163	9.37	1.66
1960	3 327.26	3 172	9.7	3 392	6.94	-2.43
1961	4 892.9	3 499	10.3	3 639	4.00	-2.94
1962	7 971.19	3 684	5.3	3 903	5.94	1.94
1963	14 403.78	3 740	1.5	4 186	11.93	5.99
1964	27 838.91	3 848	2.9	4 489	16.66	4.73
1965	44 457.5	3 952	2.7	4 815	21.84	5.18
1966	64.302.0	4 102	3.8	5 112	24.62	2.78
1967	86.922.7	4 299	4.8	5 483	27.54	2.92
1968	123.498.6	4 780	11.2	5 881	23.03	-4.51
1969	163.312.5	5 258	10.0	6 307	19.95	-3.08
1970	210.117.9	5 721	8.8	6 765	18.25	-1.70
1971	279.515.0	6 408	12.0	7 256	13.23	-5.02
1972	368.400.5	7 119	11.1	7 781	9.30	-3.93
1973	508.745.8	8 116	14.0	8 345	2.82	-6.48
1974	740.503.7	8 887	9.5	8 951	0.72	-2.10
1975	1052.062.2	9 384	5.6	9 600	2.30	1.58
1976	1680.232.7	10 295	9.7	10 295	0.00	-2.30
1977	2523 100.8	10 851	5.4	11 042	1.76	1.76
1978	3729.798.4	11 372	4.8	11 724	3.10	1.34
1979	6239.402.3	12 145	6.8	12 575	3.54	0.44
1980	13104.284.8	13 104	7.9	13 486	2.92	-0.62
1981	26879.800.0	12 855	-1.9	14 464	12.51	9.59

FONTE: Conuntura Econômica, FGV. O produto real corresponde ao valor do PIB a preços constantes de 1980.

A série de produto potencial é constituída assumindo (2)=(3) em 1976 e uma taxa constante de crescimento de 7% ao ano. Note-se que na análise teórica foram utilizadas variações logarítmicas, enquanto na tabela as variações são percentuais para apresentar consistência com os dados geralmente publicados em outros trabalhos.

O hiato na tabela corresponde ao produto potencial (tendência pelos picos).

Como se observa, a hipótese de um "trade-off" nulo a longo prazo, visto através do parâmetro da inflação passada, próximo de 1 é confirmada. A capacidade ociosa, medida pelo hiato (\dot{H}_t) tem efeito negativo na taxa de inflação, ou seja, na medida em que se esgota a capacidade ociosa criam-se pressões sobre o nível geral de preços e vice-versa. Tais conclusões não divergem das postulações teóricas feitas a partir da curva de Phillips.

Resolvendo-se (2) para \dot{H}_t e explicitando Y_t^* obtem-se:

$$Y_t^* = (0.90 + 0.0089 \dot{P}_t^* - 0.0092 \dot{P}_{t-1}^*) Y_t^*$$

onde Y_t^* = produto potencial condicionado

\dot{P}_t^* = objetivo da política de preços

\dot{P}_{t-1}^* = inflação do período anterior

Y_t^* = produto potencial

Para efeitos de simulação, foram admitidas três hipóteses em relação à política de preços. Na primeira, o governo não deseja pressões inflacionárias adicionais, ou seja, se a inflação for crescente, a inflação prevista seria

igual à do período anterior ou igual à inflação corrente, se esta for decrescente. Na segunda hipótese, o governo atua de forma drástica para reduzir a inflação, fixando como objetivo 50% da inflação corrente.

A terceira hipótese, a mais flexível, o objetivo é sancionar a aceleração ou desaceleração inflacionária de forma gradual como

$$\begin{aligned} \dot{p}_t^* &= \dot{p}_{t-1} + \left| \frac{\dot{p}_t - \dot{p}_{t-1}}{2} \right| & \text{Se } \dot{p}_t > \dot{p}_{t-1} \\ \dot{p}_t^* &= \dot{p}_{t-1} - \left| \frac{\dot{p}_t - \dot{p}_{t-1}}{2} \right| & \text{Se } \dot{p}_t < \dot{p}_{t-1} \end{aligned}$$

As três hipóteses acerca dos objetivos da política de preços, bem como os níveis de produto potenciais condicionados são apresentados nas tabelas 10 e 11.

As metas de inflação condicionam, de forma substantiva, o crescimento econômico. O "trade-off" entre inflação e crescimento, como pode ser observado na tabela 11, implica, por exemplo, que em 1981, para ganhar 50% em termos de inflação, hipótese II, deveríamos aceitar a perda de 43% do produto real. Estes são os custos, no curto prazo, de políticas denominadas de choque, destinadas a reduzir a inflação.

Tabela 10: Objetivos da Política de Preços

Período	Inflação Observada ^a	Aceleração da Inflação	Inflação (Hipótese I) b	Inflação (Hipótese II) b	Inflação (Hipótese III)
1960	31.27	-11.5	31.3	15.63	34.95
1961	40.50	9.2	31.3	20.25	35.87
1962	50.2	9.7	40.5	25.1	45.35
1963	76.1	25.9	50.2	38.05	63.15
1964	80.9	4.8	76.1	40.45	78.6
1965	54.0	-26.9	54.0	27.0	67.45
1966	41.1	-12.9	41.1	20.55	47.55
1967	21.8	-19.3	21.8	10.9	31.47
1968	27.8	5.8	21.8	13.9	24.7
1969	25.5	-2.1	25.5	12.75	26.75
1970	13.2	-12.3	13.2	6.60	19.35
1971	21.4	8.2	13.2	10.7	17.3
1972	17.7	-3.7	17.7	8.85	19.55
1973	15.3	-2.4	15.3	7.65	16.5
1974	29.1	13.8	15.3	14.55	22.2
1975	27.8	-1.3	27.8	13.9	28.45
1976	40.4	12.6	27.8	20.2	34.1
1977	40.6	0.2	40.4	20.3	40.5
1978	38.9	-1.7	38.9	19.45	39.75
1979	55.4	16.5	38.9	27.7	47.15
1980	109.2	53.8	55.4	54.6	82.3
1981	113.0	3.8	109.2	56.5	111.1

^a Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna Base =100)

^b Hipóteses I, II, III, conforme descrita no texto.

Tabela 11: Produto Efetivo, Potencial e Potencial Condicio-
nado
 (Cr\$ bilhões constantes de 1980)

Período	Produto Real ^a	Produto Potencial ^b	Produto Potencial Condicionado ^c		
			Hipótese I	Hipótese II	Hipótese III
1960	3 172	3 392	2 659	2 187	2 769
1961	3 499	3 639	3 243	2 885	3 390
1962	3 684	3 903	3 461	2 927	3 629
1963	3 740	4 186	3 694	3 242	4 175
1964	3 848	4 489	3 912	2 491	4 012
1965	3 952	4 815	3 035	1 881	3 610
1966	4 102	5 112	3 914	2 982	4 207
1967	4 299	5 482	3 915	3 385	4 386
1968	4 780	5 881	5 253	4 804	5 405
1969	5 258	6 307	5 488	4 774	5 558
1970	5 721	6 765	5 292	4 895	5 661
1971	6 408	7 256	6 504	6 343	6 768
1972	7 119	7 781	6 692	6 080	6 820
1973	8 116	8 345	7 285	6 718	7 374
1974	8 887	8 951	8 013	7 953	8 561
1975	9 384	9 600	8 427	7 242	8 482
1976	10 295	10 295	9 160	8 466	9 736
1977	10 851	11 042	9 766	7 796	9 776
1978	11 372	11 724	10 191	8 166	10 279
1979	12 145	12 575	11 128	9 878	12 049
1980	13 104	13 486	11 841	11 745	15 062
1981	12 885	14 464	12 376	5 608	12 620

^a Segundo Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas (Base =100)

^b Produto Potencial obtido segundo descrição no texto pico 1976.

^c Produto Potencial condicionado a hipóteses de Inflação.

Em geral, a constatação destes efeitos favorece a administração de políticas gradualista. Pela simples comparação entre o produto real com aquele obtido mediante a hipótese II, pode-se concluir que, nas duas últimas décadas, as opções de política fiscal e monetária estiveram longe do que poderíamos chamar de um tratamento de choque. Neste sentido, as simulações a partir da hipótese II, assumem simplesmente caráter normativo.

As equações potenciais, condicionadas à política de preços, obtidas como descritas no texto, são as seguintes:

RECEITAS FISCAIS:

1. Imposto de Renda

$$TDR_t^* = TDR_t + 0.29(Y_t^* - Y_t) + 3.88 \pi_t$$

2. Produtos Industrializados

$$IPIR_t^* = IPIR_t + 0.29(Y_t^* - Y_t) + 15.09 \pi_t$$

3. Imposto de Importação

$$IMR_t^* = IMR_t + 0.07(Y_t^* - Y_t) + 2.0 \pi_t$$

4. Imposto sobre Energia

$$IER_t^* = IER_t + 0.03(Y_t^* - Y_t) + 1.09 \pi_t$$

5. Imposto sobre Minerais

$$IUMR_t^* = IUMR_t + 0.01(Y_t^{*C} - Y_t)$$

6. Outras Receitas

$$ORR_t^* = ORR_t + 0.16(Y_t^{*C} - Y_t) - 6.86 \pi_t$$

7. Taxas

$$TR_t^* = TR_t + 0.08(Y_t^{*C} - Y_t)$$

DESPESAS FISCAIS

$$8. \quad DLR_t^* = DLR_t + 0.55(Y_t^{*C} - Y_t)$$

9. Despesas Vinculadas

$$DVR_t^* = DVR_t + 0.47(Y_t^{*C} - Y_t) + 10.30 \pi_t$$

10. Despesas Diversas

$$DDR_t^* = DDR_t + 0.95(Y_t^{*C} - Y_t) + 8.42 \pi_t$$

11. Passivo Não-Monetário

$$P\bar{N}M_t = P\bar{N}M_t + 1.12(Y_t^{*C} - Y_t) - 13.63 \pi_t$$

12. Aplicações das Autoridades Monetárias

$$AR_t^* = AR_t + 1.30(Y_t^{*C} - Y_t) - 17.08 \pi_t$$

onde

π_t = Aceleração da inflação

Y_t = Produto Real

Y_t^{*C} = Produto Potencial Condicionado

Diversas variáveis poderiam ser reunidas para qualificar de expansionista ou contracionista as políticas monetária e fiscal. Em relação à Política Monetária, por exemplo, a aceleração da oferta de moeda ($M1$, $M2$, $M3$) dos empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado ou das Autoridades Monetárias, a variação da base monetária, entre outras, poderiam ser agregadas para apontar o caráter da política.

Tomemos, para efeito desta análise, as variações da base monetária¹ e do saldo do orçamento fiscal com indicadores daquelas políticas, e a aceleração do Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna e da taxa de crescimento do produto real como medida de seus efeitos finais. Tendo em vista a fase cíclica em que a economia se encontra, espera-se que a prática de políticas fiscal e monetária restritivas, tudo mais constante, reduzam o nível de preços e/ou o produto real enquanto, políticas expansionistas os elevem.

¹ Poderia-se argumentar que o indicador mais adequado para a política monetária seria a aceleração dos meios de pagamento. Nossa simplificação equivale admitir o multiplicador constante ($M1 = K.B$), o que significa dizer, que as Autoridades Monetárias, na prática, não têm controle sobre K .

A Tabela 12 a seguir, reúne este subconjunto de indicadores da política econômica, bem como os seus possíveis efeitos em termos do produto real.

Aceitando-se a classificação acima, a divergência entre política monetária apertada e fiscal frouxa e vice-versa é observada em vários anos. Ademais, a década de 70 é marcada pela instabilidade dos objetivos da política monetária. De outra forma, em alguns anos constata-se a "compatibilidade" das políticas fiscal e monetária, ambas atuando no mesmo sentido. Entretanto, os efeitos destas políticas nem sempre são confirmadas através das taxas de aceleração do crescimento do produto real e do processo inflacionário. Como entender os anos 62, 63 ou mesmo 81, com políticas fiscal e monetária folgadas, com pressões no nível geral de preços e queda no ritmo de atividade econômica. Obviamente não se trata de situações de pleno emprego. Isto confirma a hipótese teórica, de que os efeitos discricionários da política fiscal, embutidos no saldo atual, só seriam úteis para qualificá-la como expansionista ou restritiva, se a sua movimentação ocorreu no mesmo sentido dos ciclos econômicos.

Tabela 12: Indicadores da Política Econômica

Período	Política ¹ de Preços	Política Monetária	Política Fiscal	Produto Real
1960	A	F	F	E
1961	F	F	F	E
1962	F	F	F	Q
1963	F	F	F	Q
1964	F	F	A	E
1965	A	F	A	Q
1966	A	A	A	E
1967	A	F	F	E
1968	F	F	A	E
1969	A	A	A	Q
1970	A	A	A	Q
1971	F	F	A	E
1972	A	A	A	Q
1973	A	F	A	E
1974	F	A	A	Q
1975	A	F	F	Q
1976	F	F	A	E
1977	F	F	A	Q
1978	A	A	A	Q
1979	F	F	F	E
1980	F	A	F	E
1981	F	F	F	Q

Observações:

F = Política Folgada

A = Política Apertada

E = Expansão do Produto Real

Q = Queda do Produto Real

1

F = Períodos de inflação acelerada

A = Períodos de queda do processo inflacionário.

As questões levantadas podem ser melhor percebidas se, em lugar dos saldos efetivos, observarmos os saltos potenciais. Partindo-se da meta de inflação (P_t^{*C}), o exercício, aqui desenvolvido, permite obter o nível máximo de produto que poderia ser gerado dada a capacidade produtiva da economia e a inflação desejada. Assim, os orçamentos fiscal e monetário são estimados tendo em vista tais restrições. Em anexo ao capítulo, as tabelas de 5.1 a 5.22 apresentam os orçamentos potenciais.

Recolocando a questão nos termos descritos a seguir, podemos concluir que, em alguns anos, em particular os mencionados, as políticas fiscal ou monetária atuaram em sentido oposto dos indicados pelos saldos efetivos.

As divergências entre os resultados a que chegamos, daqueles divulgados oficialmente, ficam claras. Se olharmos os déficits potenciais implícitos ($S-S^*$), que apareceriam no orçamento fiscal, tendo como postura ideal da política econômica aquela que encaminha-se o sistema a operar próximo do pleno emprego, sem pressões indesejadas na taxa de inflação. A tabela 13 relativa a hipótese I, mostra os sal-

dos efetivos e potenciais implícitos do orçamento fiscal e suas respectivas participações no Produto Interno Bruto.

A reformulação do processo orçamentário em 1964 e a posterior reforma tributária em 1965/67 que, de algum modo, vigoram até os dias atuais, são apontados com frequência como os principais responsáveis pelos sucessivos superávits apresentados pelo Tesouro Nacional a partir de 1973. A idéia subjacente é que a centralização de poderes na esfera federal teria gerado maior "racionalidade" e "eficiência" na elaboração e execução orçamentária. Nossos resultados indicam, porém, o contrário, ou seja, déficits potenciais sucessivos a partir de 1973. Isto equivale dizer que o impacto inicial dos orçamentos efetivos durante este período foram fortemente inflacionário. Não se trata de negar os efeitos da reforma tributária, que ao nosso ver se fizeram de forma imediata em 1968, 69 e 71, como indicam os saldos potenciais. Entretanto, perdeu-se neste momento a oportunidade de não de equilibrar o orçamento mas de encaminhar de forma adequada os rumos da política fiscal. Nos anos subsequentes, a postura megalomaniaca de projetos faraonicos viria a corroer rapidamente as novas bases fiscais.

Tabela 13: Saldos Efetivos e Potenciais do Orçamento Fiscal
(Cr\$ bilhões constantes de 1980)

Período	Saldos Efetivos	Saldos Potenciais Implícitos (S-S*)	$\frac{S}{PIB} \times 100$	$\frac{S-S^*_1}{PIB^*_1} \times 100$
	(1)	(2)	%	%
1960	-60	-61	-1,9	-2,3
1961	-76	-25	-2,2	-0,8
1962	-104	-22	-2,8	-0,6
1963	-106	4	-2,8	0,1
1964	-84	9	-2,2	0,2
1965	-44	-111	-1,1	-3,7
1966	-31	-26	-0,8	-0,7
1967	-53	-56	-1,2	-1,4
1968	-42	55	-0,9	1,1
1969	-20	25	-0,4	0,5
1970	-17	-51	-0,3	-1,0
1971	-13	14	-0,2	0,2
1972	-8	-48	-0,1	-0,7
1973	4	-94	-0,05	-1,3
1974	44	-93	0,5	-1,2
1975	0.6	-107,4	0,01	-1,3
1976	2	-123	0,02	-1,3
1977	4	-122	0,04	-1,2
1978	15	-133	0,1	-1,3
1979	4	-109	0,03	-1,0
1980	2	-122	0,02	-1,0
1981	1	-52	0,01	-0,4

Observações (-) Deficits

(+) Superavits

Saldos Potenciais Implícitos Medidos por (S-S*)

Em termos do ritmo de atividade econômica, os superávits de 1968/69 atuaram de forma anticíclica em relação ao período de crescimento acelerado verificado entre 1968 e 1974.²

Assim, a política fiscal, em particular os gastos em investimento do governo, não favoreceram de maneira decisiva para o início da retomada do crescimento econômico em 1968. A enorme capacidade ociosa herdada da fase recessiva, alinhada a esquemas de financiamento de bens de consumo durável a amplas camadas da população, possibilitou a ocupação progressiva da capacidade instalada, sem que se fizessem necessários novos investimentos governamentais.

Por outro lado, os superávits potenciais de 1963/64 devem ter contribuído de alguma forma para o início da fase recessiva que a economia experimentou entre 1962 e 1967.

Em resumo, a reforma tributária, não foi de-

² Para verificar os ciclos de recessão e prosperidade na economia brasileira observe-se a aceleração do hiato do produto, Tabela 9.

vidamente aproveitada sob a ótica de estabilização nem tão pouco, para sanar os déficits crônicos. Tudo indica que caminhamos a passos largos para uma nova reforma tributária.

É importante destacar, também, a reação da estrutura orçamentária frente a tentativa de controle da aceleração inflacionária. Comparando-se as hipóteses I e II, nota-se que elevam-se os déficits potenciais, quando políticas de preços mais rígidas são praticadas. Isto explica, inclusive, o fato de se atuar com medidas discricionárias, como, por exemplo, cortes, via de regra indiscriminados nas despesas quando se pretende reduzir a inflação. Exemplos desta natureza, não faltam à história recente do orçamento fiscal.

A hipótese II, muito embora normativa, é útil também, para mostrar que, em alguns períodos, mesmo adotando-se políticas severas em relação aos preços, o tesouro nacional apresentaria déficits. Eis a evidência que contrariaria aqueles que defendem um orçamento permanentemente equilibrado. Perguntamo-nos qual seria o preço a ser pago em 1981, em termos de perda de produto e desemprego, para se ter um orçamento equilibrado? Acreditamos que a política orçamentá

ria do governo federal deva ser orientado para combinar dois compromissos indispensáveis junto à sociedade - a seletividade nos gastos, sem perder de vista os objetivos de estabilização.

Em relação às emissões da base, como indicador da política monetária, é útil analisarmos a estrutura de financiamento do déficit fiscal. Lembremo-nos que a elaboração do orçamento monetário foi instituída a partir da reforma bancária em 1964, com o intuito de viabilizar o controle e a implementação daquela política. Simultaneamente, criaram-se as ORTNs e, mais tarde, em 1970, as LTNs. Entretanto, a política de títulos do governo só viria a exercer papel de destaque no financiamento dos déficits públicos a partir de 1968, muito embora entre 1965/67 as ORTNs tenham sido utilizadas com esta finalidade. Até 1964, o déficit fiscal representava aproximadamente 60% da expansão da base e foi coberto quase que exclusivamente pelas autoridades monetárias, via de regra, pela emissão de papel moeda. Assim, o impacto da política monetária transmitia-se quase que diretamente aos índices de preço.

Tabela 14: Base Monetária Efetiva e Potencial do Orçamento Monetário

(Cr\$ bilhões constantes de 1980)

Período	Base Efetiva	Base Potencial	Excesso de Base	
			$\frac{B}{\text{PIB}}$ %	$\frac{B}{B^*}$
1960	81	75	2,5	1.074
1961	121	113	3,5	1.0698
1962	138	131	3,7	1.0570
1963	140	131	3,7	1.0749
1964	148	147	3,8	1.0032
1965	159	151	4,0	1.0505
1966	62	63	1,5	0.7841
1967	83	83	1,9	1.005
1968	116	123	2,4	0.9452
1969	90	95	1,7	0.9474
1970	60	56	1,0	1.0651
1971	124	123	1,9	1.0085
1972	73	67	1,0	1.0987
1973	192	177	2,4	1.0817
1974	153	132	1,7	1.1582
1975	176	159	1,9	1.1085
1976	234	208	2,3	1.1213
1977	253	233	2,3	1.0861
1978	244	222	2,1	1.0953
1979	428	402	3,5	1.0608
1980	254	212	1,9	1.1977
1981	299	219	2,3	1.3656

Entre 1969/76, exceto 74, os títulos foram largamente utilizados, não só para financiar o Tesouro Nacional como também as Autoridades Monetárias. Este mecanismo funcionou, obviamente, a despeito do aumento da dívida pública interna, como fator de contração da base. Tais resultados podem inclusive, serem observados pela base potencial ou mesmo pelo excesso de emissões de base, medido pela relação base efetiva/base potencial. A tabela 14, construída através da hipótese I, sumariza as evidências. Globalmente podemos distinguir três períodos de atuação da política monetária: entre 1960/64 como expansionista; de 1966 a 1969, notadamente 66 como o de maior austeridade e entre 1972/81 como fortemente inflacionária. Em particular, os anos de 1964, 67 e 71 contribuíram de forma positiva em relação a inflação. Note que, a partir de 1973, exatamente quando surgem sucessivos superávits aparentes do Tesouro Nacional, é que constatamos um novo padrão de expansão da base monetária medida pelo seu excesso. Revela-se nesta evidência, em sincronia com os resultados potenciais obtidos do orçamento fiscal, que um dos expedientes utilizados para obtenção de "superávits" do

tesouro, foi de transferir encargos fiscais para o orçamento monetário.

Naturalmente, déficits crônicos não podem ser financiados sem pressões no nível geral de preços. A política de títulos, utilizada indiscriminadamente para obter recursos, gera encargos, que se materializam em maiores dispêndios no futuro. A aceleração do processo inflacionário nos últimos anos parecem atestar as atuações, ~~adidas~~ políticas fiscal e monetária.

ANEXO AO CAPÍTULO V

ÍNDICE DAS TABELAS

	<u>Página</u>
Tabela 5.1 - Autoridades Monetárias - Aplicações e Recursos (Cr\$ Milhões correntes)	106
Tabela 5.2 - Autoridades Monetárias - Aplicações e Recursos Efetivos Reais (Cr\$ milhões constantes de 1980)	107
Tabela 5.3 - Autoridades Monetárias - Aplicações e Recursos Potenciais - Hipótese I (Cr\$ milhões constantes de 1980)	108
Tabela 5.4 - Autoridades Monetárias - Aplicações e Recursos Potenciais - Hipótese II (Cr\$ milhões constantes de 1980)	109
Tabela 5.5 - Autoridades Monetárias - Aplicações e Recursos Potenciais - Hipótese III (Cr\$ milhões constantes de 1980)	110
Tabela 5.6 - Tesouro Nacional - Despesas Efetivas (Cr\$ milhões correntes)	111
Tabela 5.7 - Tesouro Nacional - Despesas Efetivas (Cr\$ milhões constantes de 1980)	112
Tabela 5.8 - Tesouro Nacional - Despesas Potenciais - Hipótese I (Cr\$ milhões constantes de 1980)	113
Tabela 5.9 - Tesouro Nacional - Despesas Potenciais - Hipótese II (Cr\$ milhões constantes de 1980)	114
Tabela 5.10 - Tesouro Nacional - Despesas Potenciais - Hipótese III (Cr\$ milhões constantes de 1980)	115
Tabela 5.11 - Tesouro Nacional - Receitas Despesas e Resultados Efetivos (Cr\$ milhões constantes de 1980)	116

	<u>Página</u>
Tabela 5.12 - Tesouro Nacional - Receitas, Despesas e Resultados Potenciais - Hipótese I (Cr\$ milhões constantes de 1980)	117
Tabela 5.13 - Tesouro Nacional - Receitas, Despesas e Resultados Potenciais - Hipótese II (Cr\$ milhões constantes de 1980)	118
Tabela 5.14 - Tesouro Nacional - Receitas, Despesas e Resultados Potenciais - Hipótese III (Cr\$ milhões constantes de 1980)	119
Tabela 5.15 - Tesouro Nacional - Receitas Efetivas do Tesouro (Cr\$ milhões constantes)	120
Tabela 5.16 - Tesouro Nacional - Receitas Efetivas do Tesouro (Cr\$ milhões correntes)	121
Tabela 5.17 - Tesouro Nacional - Receitas Potenciais - Hipótese I (Cr\$ milhões constantes de 1980)	122
Tabela 5.18 - Tesouro Nacional - Receitas Potenciais - Hipótese II (Cr\$ milhões constantes de 1980)	123
Tabela 5.19 - Tesouro Nacional - Receitas Potenciais - Hipótese III (Cr\$ milhões constantes de 1980)	124
Tabela 5.20 - Índices de Preços 1950/1961	125
Tabela 5.21 - Tesouro Nacional - Financiamento da União (Cr\$ milhões correntes)	126
Tabela 5.22 - Tesouro Nacional - Receita, Despesa e Resultado Real (Cr\$ milhões constantes de 1980)	127

Tabela 5.1 Autoridades Monetárias Aplicações e Recursos

Período	(Cr\$ Milhões correntes)		
	Aplicações	Recursos não Monetários	Base Monetária
1960	161,5	57,9	103,6
1961	366,2	148,2	218
1962	520,0	147,0	373
1963	916,9	249,9	667
1964	2 205,0	934	1 271
1965	2 566,8	466,8	2 100
1966	2 130,2	978,2	1 152
1967	2 904	1 011,0	1 893
1968	7 127	3 751,0	3 376
1969	7 904	4 630,0	3 274
1970	8 696	6 220	2 476
1971	11 032	4 801	6 231
1972	28 418	24 086	4 332
1973	38 606	25 554	13 052
1974	59 477	46 051	13 426
1975	96 542	76 810	19 732
1976	174 300	137 482	36 818
1977	202 909	146 798	56 111
1978	423 447	348 487	74 960
1979	690 527	486 497	204 030
1980	1 227 792	974 170	253 622
1981	3 224 556	2 735 894	488 662

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil

Tabela 5.2 Autoridades Monetárias Aplicações e Recursos
Efetivos Reais

(Cr\$ Milhões constantes de 1980)^a

Período	Aplicações - Totais Efetiva	Recursos não Monetários - Efetiva	Base Monetária - Efetiva
1960	126.271	45.269	81.100
1961	203.784	82.470	121.313
1962	192.664	54.464	138.199
1963	192.991	52.599	140.392
1964	256.485	108.643	147.842
1965	193.911	35.264	158.646
1966	114.085	52.388	61.696
1967	127.710	44.461	83.249
1968	245.547	129.233	116.314
1969	216.893	127.051	89.841
1970	210.746	150.740	60.005
1971	220.261	95.855	124.406
1972	482.020	408.542	73.478
1973	567.710	375.778	191.933
1974	677.453	524.529	152.924
1975	860.369	684.520	175.849
1976	1.106.390	872.686	233.707
1977	916.135	662.793	253.341
1978	1.376.430	1.132.770	243.661
1979	1.444.730	1.017.860	426.875
1980	1.227.790	974.170	253.622
1981	1.513.550	1.284.180	299.370

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil (Vários)

^a Deflacionado pelo IPA-DI base 80 = 100.

Tabela 5.3 Autoridades Monetárias Aplicações e Recursos
e Recursos Potenciais

Hipótese I

(Cr\$ Milhões constantes de 1980)			
Período	Aplicações - Potencial	Recursos não Monetários Potencial	Base Monetária Potencial
1960	79.012	3.499	75.513
1961	154.486	41.183	113.403
1962	147.006	16.266	130.740
1963	142.790	12.179	130.611
1964	256.709	109.333	147.377
1965	120.227	-30.792	151.020
1966	111.683	48.988	62.694
1967	110.625	27.790	82.834
1968	297.526	174.466	123.059
1969	250.635	155.806	94.828
1970	175.762	119.426	56.335
1971	218.898	95.534	123.363
1972	432.618	365.739	66.878
1973	463.351	285.921	177.430
1974	539.766	407.734	132.032
1975	737.659	579.020	158.639
1976	936.754	728.332	208.423
1977	774.200	540.942	233.259
1978	1.225.130	1.002.680	222.451
1979	1.283.810	881.393	402.419
1980	971.012	759.262	211.750
1981	1.444.540	1.225.320	219.221

Tabela 5.4 Autoridades Monetárias Aplicações e Recursos
Potenciais

Hipótese II

(Cr\$ Milhões constantes de 1980)			
Período	Aplicações Totais - Potencial	Recursos não Monetários	Base Monetária Potencial
1960	17.377	-49.423	66.800
1961	107.958	1.146	106.812
1962	77.307	-43.580	120.889
1963	83.813	-38.461	122.275
1964	71.136	-50.010	121.146
1965	-30.526	-160.237	129.711
1966	-10.134	-55.609	45.475
1967	41.322	-31.716	73.039
1968	238.809	124.049	114.760
1969	157.388	75.739	81.648
1970	123.987	74.970	49.017
1971	197.864	77.473	120.390
1972	352.767	297.175	55.591
1973	389.324	222.357	166.967
1974	531.981	401.049	130.932
1975	582.923	446.156	136.767
1976	846.026	650.427	195.958
1977	516.835	319.955	196.880
1978	960.707	775.631	185.075
1979	1.120.500	741.161	379.334
1980	958.502	748.520	209.982
1981	560.638	466.355	94.282

Tabela 5.5 Autoridades Monetárias Aplicações e Recursos
Potenciais

Hipótese III

(Cr\$ Milhões constantes de 1980)

Período	Aplicações Totais - Potencial	Recursos não Monetários Potencial	Base Monetária Potencial
1960	93.369	15.827	77.542
1961	173.871	57.742	116.128
1962	168.957	35.114	133.843
1963	205.650	66.153	139.496
1964	269.723	120.507	149.216
1965	195.324	33.689	161.534
1966	149.916	81.817	68.098
1967	172.107	80.581	91.525
1968	317.302	191.447	125.855
1969	259.777	163.656	96.120
1970	224.006	160.851	63.154
1971	253.395	125.155	128.240
1972	449.309	380.071	69.238
1973	474.963	295.891	179.071
1974	617.385	469.229	142.155
1975	744.895	585.234	159.662
1976	1.011.960	792.911	219.054
1977	755.481	542.041	233.439
1978	1.236.690	1.012.600	224.084
1979	1.404.110	984.689	419.423
1980	1.391.680	1.120.47	271.211
1981	1.476.410	1.252.68	223.726

Tabela 5.6 Tesouro Nacional Despesas Efetivas

(Cr\$ Milhões Correntes)						
Período	Juros e Comissões	Despesa Liberada	Despesas Vinculadas	Despesas Diversas	Depósitos do Governo Federal	Total da Despesa
1960	22,7	200,9	74,5	25,9	-	324
1961	35,6	315,6	117,1	40,7	-	509
1962	59,2	524,5	194,6	67,7	-	846
1963	108,9	964,7	357,9	124,5	-	1 556
1964	200,0	1 771,3	657,1	228,6	-	2 857
1965	315,0	2 790,0	1 035,0	360	-	4 500
1966	454,7	4 027,5	1 494,8	519	-	6 496
1967	737,2	4 927,6	1 902,2	472	-	8 039
1968	461,2	7 610,5	3 228	202	-	11 503
1969	537,8	9 221,2	3 702	1 248	-	14 709
1970	318,2	12 619,7	5 115	1 879	-	19 932
1971	498,0	17 246	7 693	2 412	197	27 652
1972	434	22 494	12 925	2 868	467	38 254
1973	19	31 710	18 077	3 517	755	52 568
1974	21	45 013	25 582	4 886	2 574	72 928
1975	17	60 031	33 616	2 097	388	95 373
1976	30	93 584	68 964	11 471	8 252	165 797
1977	5	128 970	108 816	7 248	3 189	241 850
1978	-	183 404	162 913	10 069	12 040	344 346
1979	-	282 684	212 093	27 190	14 420	507 547
1980	-	739 892	422 702	112 711	57 922	1 217 383
1981	-	1 501 865	629 573	127 491	-	2 258 929

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil (vários)

Tabela 5.7 Tesouro Nacional Despesas Efetivas

(Cr\$ Milhões constantes de 1980) ^a						
Período	Juros e Comissões	Despesa Liberada	Despesa Vinculada	Despesas Diversas	Depó- sitos do Governo Federal	Total da
1960	17 748	157 076	58 248	20 250	-	253 322
1961	19 810	175 626	65 164	22 648	-	283 248
1962	21 934	194 331	72 100	25 083	-	313 448
1963	22 921	203 052	75 331	26 205	-	327 509
1964	23 263	206 037	76 433	26 590	-	332 323
1965	23 797	210 773	78 190	27 196	-	339 956
1966	24 352	215 698	80 055	27 795	-	347 900
1967	32 420	216 703	83 654	20 757	-	353 534
1968	15 889	262 205	111 261	6 959	-	396 314
1969	14 757	253 038	101 586	34 246	-	403 627
1970	7 711	305 836	123 961	45 537	-	483 045
1971	9 942	344 328	153 596	48 157	3 933	552 090
1972	7 361	381 539	219 231	48 646	7 921	648 856
1973	279	466 303	265 827	51 718	11 102	773 025
1974	239	512 705	291 383	55 652	29 318	830 661
1975	151	534 988	299 581	18 688	3 457	849 951
1976	190	594 037	437 758	72 813	52 380	1 052 418
1977	22	582 300	491 304	32 724	14 398	1 091 952
1978	-	596 163	529 555	32 729	39 136	1 119 311
1979	-	591 436	443 745	56 887	30 169	1 061 999
1980	-	739 892	422 702	112 711	57 922	1 217 383
1981	-	704 950	295 511	59 842	-	1 060 303

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil (vários)

^a Deflacionado pelo IPA-DI base 80 = 100.

Tabela 5.8 Tesouro Nacional Despesas PotenciaisHipótese I

(Cr\$ Milhões constantes de 1980)						
Período	Juros e Comissões	Despesa Liberada	Despesa Vinculada	Despesas Diversas	Depósitos do Governo Federal	Total da Despesa
1960	17 748	128 538	21 862	-38 595	-	129 553
1961	19 810	161 365	62 412	5 853	-	249 440
1962	21 934	181 923	71 426	11 875	-	287 158
1963	22 921	200 510	99 831	43 633	-	366 895
1964	23 263	209 630	84 468	36 822	-	354 183
1965	23 797	159 741	6 596	-83 365	-	106 769
1966	24 352	205 273	57 801	-1 024	-	286 402
1967	32 420	195 352	37 485	-32 273	-	232 984
1968	15 889	288 604	139 888	57 319	-	501 700
1969	14 757	265 901	110 482	54 637	-	445 777
1970	7 711	281 950	90 750	-5 966	-	374 445
1971	9 942	349 721	166 682	64 352	3 933	586 764
1972	7 361	357 769	194 982	4 583	7 921	556 774
1973	279	420 038	223 574	-30 002	11 102	602 787
1974	239	464 027	263 749	-16 583	29 318	682 114
1975	151	481 696	252 421	-74 210	3 457	656 601
1976	190	530 855	396 416	-25 417	52 380	849 664
1977	22	521 901	439 578	-71 154	14 398	875 949
1978	-	530 383	471 245	-82 018	39 136	880 474
1979	-	534 814	412 062	-26 758	30 169	889 949
1980	-	669 557	417 661	36 850	57 922	1 066 146
1981	-	678 280	276 496	17 098	-	971 874

Tabela 5.9 Tesouro Nacional Despesas Potenciais

Hipótese II

(Cr\$ Milhões constantes de 1980)

Período	Juros e Comissões	Despesa Liberada	Despesa Vinculada	Despesas Diversas	Depósitos do Governo Federal	Total da Despesa
1960	17 748	102 246	-743	-83 887	-	35 364
1961	19 810	141 475	45 310	-28 410	-	178 185
1962	21 934	152 192	45 863	-39 341	-	180 648
1963	22 921	175 352	78 200	295	-	276 768
1964	23 263	130 470	16 406	-99 544	-	70 595
1965	23 797	95 434	-48 695	-194 145	-	-123 609
1966	24 352	153 310	13 122	-90 540	-	100 244
1967	32 420	165 790	12 067	-83 200	-	127 077
1968	15 889	263 557	118 353	14 172	-	411 971
1969	14 757	226 125	76 282	-13 884	-	303 280
1970	7 711	259 865	71 761	-44 012	-	295 325
1971	9 942	340 748	158 967	48 895	3 933	554 619
1972	7 361	323 707	165 695	-54 094	7 921	434 748
1973	279	388 460	196 424	-84 400	11 102	489 661
1974	239	460 707	260 893	-22 304	29 318	670 217
1975	151	415 691	195 669	-187 916	3 457	420 138
1976	190	492 153	363 140	-92 088	52 380	711 015
1977	22	412 116	345 185	-260 277	14 398	482 648
1978	-	417 587	374 263	-276 328	39 136	476 386
1979	-	465 149	352 162	-146 770	30 169	640 372
1980	-	664 221	413 072	27 657	57 922	1 047 028
1981	-	301 234	-47 692	-632 428	-	-378 886

Tabela 5.10 Tesouro Nacional Despesas PotenciaisHipótese III

(Cr\$ Milhões constantes de 1980)						
Período	Juros e Comissões	Despesa Liberada	Despesa Vinculada	Despesas Diversas	Depósitos do Governo Federal	Total da Despesa
1960	17 748	134 662	27 127	-28 045	-	151 492
1961	19 810	169 591	69 485	20 024	-	278 910
1962	21 934	191 286	79 477	28 005	-	320 702
1963	22 921	227 324	122 886	89 825	-	462 956
1964	23 263	215 181	89 241	46 385	-	374 070
1965	23 797	191 776	34 139	-28 180	-	221 532
1966	24 352	221 583	71 824	27 071	-	344 830
1967	32 420	221 578	60 035	12 905	-	326 938
1968	15 889	297 040	147 142	71 851	-	531 922
1969	14 757	269 801	113 835	61 354	-	459 747
1970	7 711	302 530	108 445	29 485	-	448 171
1971	9 942	364 436	179 334	89 702	3 933	639 481
1972	7 361	364 889	201 104	16 849	7 921	582 282
1973	279	424 991	227 833	-21 469	11 102	620 532
1974	239	494 578	290 016	36 044	29 318	791 559
1975	151	484 783	255 075	-68 892	3 457	667 660
1976	190	562 938	424 000	29 849	52 380	964 597
1977	22	522 447	440 048	-70 213	14 398	877 906
1978	-	535 312	475 484	-73 526	39 136	898 134
1979	-	586 131	456 184	61 643	30 169	1 073 789
1980	-	849 002	571 949	345 975	57 922	1 709 004
1981	-	691 875	288 184	40 516	-	1 020 575

Tabela 5.11 Tesouro Nacional Receitas, Despesas e Resultados
Efetivos

(Cr\$ Milhões constantes 1980) ^a			
Período	Receita Total	Despesa Total	Déficit (-) ou Superavit (+)
1960	193 120	253 323	-60 203
1961	206 455	283 250	-76 795
1962	209 217	313 450	-104 233
1963	221 217	327 510	-106 293
1964	247 645	332 325	-84 680
1965	295 158	339 957	-44 799
1966	316 517	347 901	-31 384
1967	299 662	353 534	-53 872
1968	354 005	396 314	-42 309
1969	382 883	403 628	-20 745
1970	465 163	483 048	-17 885
1971	538 673	552 090	-13 417
1972	640 105	648 857	-8 752
1973	777 363	773 025	4 338
1974	874 879	830 663	44 216
1975	850 602	849 951	651
1976	1 055 100	1 052 420	2 680
1977	1 096 660	1 091 950	4 710
1978	1 135 150	1 119 310	15 836
1979	1 066 700	1 061 900	4 800
1980	1 219 420	1 217 380	2 040
1981	1 061 730	1 060 300	1 430

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil (vários)

^a Deflacionado pelo IPA-DI base 80=100.

Tabela 5.12 Tesouro Nacional Receitas, Despesas e Resulta-
dos Potenciais

Hipótese I

Período	Receita Total	Despesa Total	Déficit (-) ou Superavit (+)
1960	130 852	129 553	1 299
1961	198 123	249 440	-51 317
1962	204 996	287 158	-82 162
1963	256 631	366 895	-110 264
1964	260 581	354 183	-93 602
1965	174 170	106 769	67 401
1966	280 536	286 402	-5 866
1967	236 800	232 984	3 816
1968	404 240	501 700	-97 460
1969	399 866	445 777	-45 911
1970	408 973	374 445	34 528
1971	559 607	586 764	-27 157
1972	597 182	556 774	40 408
1973	701 127	602 787	98 340
1974	819 506	682 114	137 392
1975	765 018	656 601	108 417
1976	975 151	849 664	125 487
1977	1 002 211	875 949	126 262
1978	1 029 366	880 474	148 892
1979	1 002 975	889 949	113 026
1980	1 190 931	1 066 146	124 785
1981	1 025 669	971 874	53 795

Tabela 5.13 Tesouro Nacional Receitas, Despesas e Resulta
dos Potenciais

Hipótese II

Período	Receita Total	Despesa Total	Déficit (-) ou Superavit (+)
1960	89 605	35 364	54 241
1961	166 920	178 185	-11 265
1962	158 357	180 648	-22 291
1963	216 864	276 768	-59 904
1964	136 398	70 595	65 803
1965	73 291	-123 609	196 900
1966	199 014	100 244	98 770
1967	190 423	127 077	63 346
1968	364 946	411 971	-47 025
1969	337 465	303 280	34 185
1970	374 327	295 325	79 002
1971	545 532	554 619	-9 087
1972	543 747	434 748	108 999
1973	651 589	489 661	161 928
1974	814 297	670 217	144 080
1975	661 469	420 138	241 331
1976	914 437	711 015	203 422
1977	829 982	482 648	347 334
1978	852 414	476 386	376 028
1979	893 685	640 372	253 313
1980	1 182 559	1 047 028	135 531
1981	434 164	-378 886	813 053

Tabela 5.14 Tesouro Nacional Receitas, Despesas e Resulta
dos Potenciais

Hipótese III

Período	Receita Total	Despesa Total	Déficit (-) ou Superavit (+)
1960	140 459	151 492	-11 033
1961	211 027	278 910	-67 883
1962	219 684	320 702	-101 018
1963	298 696	462 956	-164 260
1964	269 290	374 070	-104 780
1965	224 425	221 532	2 893
1966	306 119	344 830	-38 711
1967	277 942	326 938	-48 996
1968	417 474	531 922	-114 448
1969	405 983	459 747	-53 764
1970	441 260	448 171	-6 911
1971	582 692	639 481	-56 789
1972	608 351	582 282	26 069
1973	708 898	620 532	88 366
1974	867 434	791 559	75 875
1975	769 860	667 660	102 200
1976	1 025 481	964 597	60 884
1977	1 003 068	877 906	125 162
1978	1 037 098	898 134	138 964
1979	1 083 481	1 073 789	9 692
1980	1 472 441	1 709 004	-236 563
1981	1 046 994	1 020 575	26 419

TESOURO NACIONAL

RECEITAS POTENCIAIS - HIPÓTESE III

Cr\$ MILHÕES CONSTANTES DE 1980

PERÍODO	RECEITA TRIBUTÁRIA															OUTRAS RECEITAS	RECEITA TOTAL
	Impostos Diretos			Impostos Indiretos										Taxas	Total		
	Renda	Selo	Total	Produtos Industrializados	Combustíveis e Lubrificantes	Importação	Transporte Rodoviário	Operações Financeiras	Energia	Minerais	Exportação	ICM (atribuído à União)	Total				
1960	33 511	19 546	53 057	36 187	21 892	11 769	-	-	-1 243	- 343	-	-	68 262	1 329	122 648	17 811	140 459
1961	48 754	20 033	68 787	79 273	30 050	21 042	-	-	1 708	53	-	-	132 126	946	201 859	9 168	211 027
1962	46 963	22 601	69 564	88 629	25 194	23 009	-	-	1 693	90	-	-	138 615	1 259	209 438	10 246	219 684
1963	77 638	19 364	97 002	137 682	25 468	26 890	-	-	6 777	624	-	-	197 441	884	295 327	3 369	298 696
1964	67 038	21 868	88 906	114 396	27 916	16 777	-	-	4 900	288	-	-	164 277	1 163	254 346	14 944	269 290
1965	56 608	26 290	82 898	48 186	50 917	7 746	-	-	3 277	1 078	-	-	111 204	2 870	196 972	27 453	224 425
1966	69 863	28 867	98 730	102 239	47 986	20 620	-	-	9 330	1 663	-	0	181 838	1 660	282 228	23 891	306 119
1967	63 286	-	63 286	98 319	47 011	17 215	0	-	2 800	1 498	-	88	166 931	5 629	235 846	42 096	277 942
1968	95 860	-	95 860	201 849	55 021	34 135	0	-	8 092	1 963	-	103	301 163	3 135	400 158	17 316	417 474
1969	106 934	-	106 934	180 080	61 742	32 513	0	-	6 712	1 412	-	55	282 514	6 476	395 924	10 059	405 983
1970	105 600	-	105 600	177 072	64 852	30 322	1 745	-	8 982	1 440	-	48	284 461	4 459	394 520	46 740	441 260
1971	143 003	-	143 003	241 533	73 992	41 604	1 378	-	14 316	2 314	-	40	375 177	8 245	526 425	56 267	582 692
1972	153 795	-	153 795	233 778	76 565	44 072	1 611	22 525	17 596	3 367	-	102	399 616	15 214	568 625	39 726	608 351
1973	159 144	-	159 144	255 844	80 996	48 563	1 779	29 690	18 687	3 649	-	147	439 355	33 086	631 585	77 313	708 898
1974	212 606	-	212 606	328 835	77 715	77 577	1 970	31 710	22 864	4 944	-	182	545 797	40 344	798 747	68 687	867 434
1975	189 633	-	189 633	278 604	73 006	77 506	2 121	35 175	21 338	6 087	-	276	494 113	39 541	723 287	46 573	769 860
1976	229 015	-	229 015	317 654	149 055	92 584	3 935	43 792	26 132	7 584	-	317	641 053	64 326	934 394	91 087	1 025 481
1977	240 951	-	240 951	274 342	135 662	68 722	8 963	39 718	21 429	7 914	-	275	557 025	78 538	876 514	126 554	1 003 068
1978	276 911	-	276 911	282 389	125 806	68 931	9 342	44 142	26 988	8 386	455	452	566 891	81 006	924 808	112 290	1 037 098
1979	318 009	-	318 009	289 191	103 575	73 986	9 040	49 929	29 915	9 390	324	416	565 766	77 108	960 883	122 598	1 083 481
1980	386 589	-	386 589	401 535	51 227	113 728	9 799	103 125	39 425	11 361	19 252	611	750 063	79 860	1 216 512	255 929	1 472 441
1981	295 013	-	295 013	233 999	27 856	63 845	9 235	124 877	27 984	7 988	5 801	797	502 382	56 634	854 029	192 965	1 046 994

TESOURO NACIONAL
RECEITAS DO TESOURO
Cr\$ MILHÕES CORRENTES

Cr\$ MILHOES CORRENTES		RECEITA TRIBUTÁRIA															OUTRAS RECEITAS	RECEITA TOTAL
PERÍODO	Impostos Diretos			Impostos Indiretos										Taxas	Total			
	Renda ¹	Selo	Total	Produtos Industrializados	Combustí- veis e Lubrificantes	Importa- ção	Transporte Rodoviário	Operações Financeiras ²	Energia	Minerais	Exportação	ICM (atribuído à União)	Total					
1960	64	25	89	83,5	28	22	-	-	1,7	0,1	-	-	135,3	1,7	226	21	247	
1961	87	36	123	123,1	54	36	-	-	1,9	0,3	-	-	215,3	1,7	340	31	371	
1962	121	61	182	204	68	58	-	-	2,2	0,4	-	-	332,6	3,4	518	48	566	
1963	259	92	351	408	121	87	-	-	12	0,8	-	-	628,8	4,2	984	67	1 051	
1964	518	188	706	880	240	125	-	-	33	1	-	-	1 279,0	10	1 995	134	2 129	
1965	1 023	348	1 371	1 307	674	209	-	-	97	19	-	-	2 306,0	38	3 715	192	3 907	
1966	1 339	539	1 878	2 215	896	418	-	-	194	29	-	0	3 752,0	31	5 661	249	5 910	
1967	1 550	-	1 550	2 840	1 069	464	0	-	105	32	-	2	4 512,0	128	6 190	624	6 814	
1968	2 173	-	2 173	5 075	1 597	816	0	-	157	38	-	3	7 686,0	91	9 950	325	10 275	
1969	3 598	-	3 598	6 358	2 250	1 115	0	-	217	40	-	2	9 982,0	236	13 816	137	13 953	
1970	4 628	-	4 628	8 144	2 676	1 372	72	-	434	62	-	2	12 762,0	184	17 574	1 620	19 194	
1971	6 461	-	6 461	10 950	3 706	1 861	69	-	613	97	-	2	17 298,0	413	24 172	2 808	26 980	
1972	9 680	-	9 680	14 626	4 514	2 779	95	1 328	1 119	217	-	6	24 684,0	897	35 261	2 477	37 738	
1973	12 397	-	12 397	19 116	5 508	3 727	121	2 019	1 454	301	-	10	32 256,0	2 250	46 903	5 960	52 863	
1974	19 051	-	19 051	27 875	6 823	6 790	173	2 784	1 969	464	-	16	46 894,0	3 542	69 487	7 323	76 810	
1975	24 366	-	24 366	34 433	8 192	9 512	238	3 947	2 742	789	-	31	59 884,0	4 437	88 687	6 759	95 446	
1976	37 943	-	37 943	49 613	23 482	14 871	620	6 899	4 189	1 287	-	50	101 071,0	10 134	149 088	17 132	166 220	
1977	60 481	-	60 481	67 639	30 047	17 061	1 985	8 797	5 522	2 002	-	61	133 114,0	17 395	210 990	31 903	242 893	
1978	95 463	-	95 463	97 469	38 703	23 922	2 874	13 580	9 462	2 932	-	139	189 221,0	24 921	309 605	39 613	349 218	
1979	150 295	-	150 295	127 647	49 505	34 135	4 321	23 864	13 588	4 536	-	199	257 945,0	36 855	445 100	64 743	509 843	
1980	306 981	-	306 981	263 182	51 227	87 723	9 799	103 125	27 137	9 311	19 252	611	958 208,0	79 860	958 208	261 210	1 219 418	
1981	640 352	-	640 352	500 897	59 347	138 283	19 676	266 045	60 377	17 543	12 359	1 699	1 837 235,0	120 657	1 837 235	424 734	2 261 969	

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil.

¹ Refere-se à arrecadação líquida do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas.

² Só foi incorporado no orçamento do Tesouro Nacional a partir de 1972. Antes participava diretamente do orçamento das Autoridades Monetárias - Reserva Monetária.

Tabela 5.16

TESOURO NACIONAL

RECEITAS EFETIVAS

Cr\$ MILHÕES CONSTANTES DE 1980^a

PERÍODO	RECEITA TRIBUTÁRIA															OUTRAS RECEITAS	RECEITA TOTAL
	Impostos Diretos			Impostos Indiretos										Taxas	Total		
	Renda	Selo	Total	Produtos Industrializados	Combustíveis e Lubrificantes	Importação	Transporte Rodoviário	Operações Financeiras	Energia	Minerais	Exportação	ICM (atribuído à União)	Total				
1960	50 039	19 546	69 585	65 285	21 892	17 201	-	-	1 329	78	-	-	105 785	1 329	176 701	16 419	193 120
1961	48 414	20 033	68 447	68 503	30 050	20 033	-	-	1 057	166	-	-	119 809	946	189 204	17 251	206 455
1962	44 831	22 601	67 432	75 583	25 194	21 489	-	-	815	148	-	-	123 229	1 259	191 923	17 784	209 217
1963	54 514	19 364	73 878	85 876	25 468	18 311	-	-	2 525	168	-	-	132 348	884	207 114	14 102	221 217
1964	60 253	21 868	82 121	102 361	27 916	14 540	-	-	3 838	116	-	-	148 771	1 163	232 058	15 586	247 645
1965	77 283	26 290	103 573	98 738	50 917	15 789	-	-	7 327	1 435	-	-	174 206	2 870	280 653	14 504	295 158
1966	71 711	28 867	100 578	118 627	47 986	22 386	-	-	10 389	1 553	-	0	200 941	1 660	303 182	13 335	316 517
1967	68 164	-	68 164	124 896	47 011	20 405	0	-	4 617	1 407	-	88	198 424	5 629	272 220	27 441	299 662
1968	74 866	-	74 866	174 849	55 021	28 113	0	-	5 409	1 309	-	103	264 804	3 135	342 808	11 197	354 005
1969	98 732	-	98 732	174 469	61 742	30 596	0	-	5 954	1 097	-	55	273 913	6 476	379 123	3 759	382 883
1970	112 159	-	112 159	197 368	64 852	33 250	1 745	-	10 517	1 502	-	48	309 282	4 459	425 902	39 260	465 163
1971	128 998	-	128 998	218 624	73 992	37 156	1 378	-	12 238	1 936	-	40	345 364	8 245	482 610	56 063	538 673
1972	164 190	-	164 190	248 083	76 565	47 136	1 611	22 525	18 980	3 680	-	102	418 682	15 214	598 090	42 014	640 105
1973	182 301	-	182 301	281 105	80 996	54 806	1 779	29 690	21 381	4 426	-	147	474 330	33 086	689 720	87 643	777 363
1974	216 994	-	216 994	317 501	77 715	77 339	1 970	31 710	22 427	5 285	-	182	534 129	40 344	791 469	83 410	874 879
1975	217 146	-	217 146	306 862	73 006	84 769	2 121	35 175	24 436	7 031	-	276	533 676	39 541	790 366	60 235	850 602
1976	240 848	-	240 848	314 925	149 055	94 395	3 935	43 792	26 590	8 169	-	317	641 178	64 326	946 356	108 748	1 055 100
1977	273 072	-	273 072	305 390	135 662	77 030	8 963	39 718	24 931	9 039	-	275	601 008	78 538	952 620	144 042	1 096 660
1978	310 307	-	310 307	316 827	125 806	77 759	9 342	44 142	30 756	9 530	455	452	615 069	81 006	1 006 380	128 764	1 135 150
1979	314 450	-	314 450	267 065	103 575	71 417	9 040	49 929	28 429	9 490	324	416	539 685	77 108	931 246	135 456	1 066 700
1980	306 981	-	306 981	263 182	51 227	87 723	9 799	103 125	27 137	9 311	19 252	611	571 367	79 860	958 208	261 212	1 219 420
1981	300 571	-	300 571	235 113	27 856	64 907	9 235	124 877	28 340	8 234	5 801	797	505 160	56 634	862 366	199 365	1 061 730

^aDeflacionado pelo Índice de Preço por Atacado - Disponibilidade Interna (Base 80 = 100).

TESOURO NACIONAL

RECEITAS POTENCIAIS - HIPÓTESE I

Cr\$ MILHÕES CONSTANTES DE 1980

PERÍODO	RECEITA TRIBUTÁRIA															OUTRAS RECEITAS	RECEITA TOTAL	
	Impostos Diretos							Impostos Indiretos							Taxas			Total
	Renda	Selo	Total	Produtos Industrializados	Combustíveis e Lubrificantes	Importação	Transporte Rodoviário	Operações Financeiras	Energia	Minerais	Exportação	ICM (atribuído à União)	Total					
1960	30 217	19 546	49 763	32 980	21 892	10 914	-	-	-1 604	- 458	-	-	63 724	1 329	114 816	16 036	130 852	
1961	44 329	20 033	64 362	74 964	30 050	19 895	-	-	1 223	- 101	-	-	126 031	946	191 339	6 784	198 123	
1962	41 926	22 601	64 527	83 724	25 194	21 703	-	-	1 141	- 84	-	-	131 678	1 259	197 464	7 532	204 996	
1963	63 213	19 364	82 577	123 637	25 468	23 150	-	-	5 199	120	-	-	177 574	884	261 035	-4 404	256 631	
1964	64 052	21 868	85 920	111 488	27 916	16 003	-	-	4 573	183	-	-	160 163	1 163	247 246	13 335	260 581	
1965	39 375	26 290	65 665	31 407	50 917	3 278	-	-	1 391	476	-	-	87 469	2 870	156 004	18 166	174 170	
1966	61 090	28 867	89 957	93 696	47 986	18 346	-	-	8 370	1 357	-	0	169 755	1 660	261 372	19 164	280 536	
1967	49 177	-	49 177	84 582	47 011	13 558	0	-	1 256	1 006	-	88	147 501	5 629	202 307	34 493	236 800	
1968	91 322	-	91 322	197 431	55 021	32 958	0	-	7 595	1 805	-	103	294 913	3 135	389 370	14 870	404 240	
1969	104 836	-	104 836	178 037	61 742	31 969	0	-	6 483	1 339	-	55	279 625	6 476	390 937	8 929	399 866	
1970	94 528	-	94 528	166 292	64 852	27 452	1 745	-	7 770	1 053	-	48	269 212	4 459	368 199	40 774	408 973	
1971	135 086	-	135 086	233 825	73 992	39 552	1 378	-	13 450	2 038	-	40	364 275	8 245	507 606	52 001	559 607	
1972	149 965	-	149 965	230 049	76 565	43 079	1 611	22 525	17 177	3 233	-	102	394 341	15 214	559 520	37 662	597 182	
1973	156 479	-	156 479	253 250	80 996	47 872	1 779	29 690	18 395	3 556	-	147	435 685	33 086	625 250	75 877	701 127	
1974	196 171	-	196 171	312 833	77 715	73 316	1 970	31 710	21 065	4 370	-	182	523 161	40 344	759 676	59 830	819 506	
1975	187 972	-	187 972	276 987	73 006	77 076	2 121	35 175	21 157	6 029	-	276	491 827	39 541	719 340	45 678	765 018	
1976	211 756	-	211 756	300 850	149 055	88 109	3 935	43 792	24 243	6 981	-	317	617 282	64 326	893 364	81 787	975 151	
1977	240 657	-	240 657	274 056	135 662	68 646	8 963	39 718	21 397	7 903	-	275	556 620	78 538	875 815	126 396	1 002 211	
1978	274 259	-	274 259	279 807	125 806	68 244	9 342	44 142	26 698	8 294	455	452	563 240	81 006	918 505	110 861	1 029 366	
1979	290 402	-	290 402	262 312	103 575	66 828	9 040	49 929	26 893	8 426	324	416	527 743	77 108	895 253	107 722	1 002 975	
1980	290 054	-	290 054	307 545	51 227	88 700	9 799	103 125	28 860	7 989	19 252	611	617 108	79 860	987 022	203 909	1 190 931	
1981	287 700	-	287 700	226 879	27 856	61 949	9 235	124 877	27 183	7 733	5 801	797	492 310	56 634	836 644	189 025	1 025 669	

TESOURO NACIONAL

RECEITAS POTENCIAIS - HIPÓTESE II

Cr\$ MILHÕES CONSTANTES DE 1980

PERÍODO	RECEITA TRIBUTÁRIA															OUTRAS RECEITAS	RECEITA TOTAL
	Impostos Diretos			Impostos Indiretos													
	Renda	Selo	Total	Produtos Industrializados	Combustíveis e Lubrificantes	Importação	Transporte Rodoviário	Operações Financeiras	Energia	Minerais	Exportação	ICM (atribuído à União)	Total	Taxas	Total		
1960	16 073	19 546	35 619	19 208	21 892	7 247	-	-	-3 152	- 952	-	-	44 243	1 329	81 191	8 414	89 605
1961	33 629	20 033	53 662	64 546	30 050	17 120	-	-	52	- 474	-	-	111 294	946	165 902	1 018	166 920
1962	25 931	22 601	48 532	68 152	25 194	17 557	-	-	- 608	- 643	-	-	109 652	1 259	159 443	-1 086	158 357
1963	49 679	19 364	69 043	110 460	25 468	19 641	-	-	3 717	- 352	-	-	158 934	884	228 561	-11 697	216 864
1964	21 466	21 868	43 334	70 025	27 916	4 962	-	-	- 87	-1 303	-	-	101 513	1 163	146 010	-9 612	136 398
1965	4 780	26 290	31 070	-2 275	50 917	-5 690	-	-	-2 394	- 732	-	-	39 826	2 870	73 766	- 475	73 291
1966	33 135	28 867	62 002	66 478	47 986	11 098	-	-	5 310	380	-	0	131 252	1 660	194 914	4 100	199 014
1967	33 274	-	33 274	69 097	47 011	9 434	0	-	- 483	450	-	88	125 597	5 629	164 500	25 923	190 423
1968	77 847	-	77 847	184 312	55 021	29 465	0	-	6 120	1 334	-	103	276 355	3 135	357 337	7 609	364 946
1969	83 437	-	83 437	157 203	61 742	26 421	0	-	4 141	591	-	55	250 153	6 476	340 066	-2 601	337 465
1970	82 647	-	82 647	154 724	64 852	24 372	1 745	-	6 470	638	-	48	252 849	4 459	339 955	34 372	374 327
1971	130 260	-	130 260	229 126	73 992	38 300	1 378	-	12 922	1 869	-	40	357 627	8 245	496 132	49 400	545 532
1972	131 641	-	131 641	212 208	76 565	38 329	1 611	22 525	15 172	2 593	-	102	369 105	15 214	515 960	27 787	543 747
1973	139 491	-	139 491	236 710	80 996	43 468	1 779	29 690	16 536	2 963	-	147	412 289	33 086	584 866	66 723	651 589
1974	194 384	-	194 384	311 094	77 715	72 853	1 970	31 710	20 870	4 307	-	182	520 701	40 344	755 429	58 868	814 297
1975	152 464	-	152 464	242 414	73 006	67 870	2 121	35 175	17 270	4 789	-	276	442 921	39 541	634 926	26 543	661 469
1976	190 936	-	190 936	280 578	149 055	82 712	3 935	43 792	21 965	6 254	-	317	588 608	64 326	843 870	70 567	914 437
1977	181 597	-	181 597	216 553	135 662	53 334	8 963	39 718	14 933	5 840	-	275	475 278	78 538	735 413	94 569	829 982
1978	213 579	-	213 579	220 727	125 806	52 512	9 342	44 142	20 057	6 174	455	452	479 667	81 006	774 252	78 162	852 414
1979	252 925	-	252 925	225 822	103 575	57 112	9 040	49 929	22 792	7 116	324	416	476 126	77 108	806 159	87 526	893 685
1980	287 183	-	287 183	304 750	51 227	87 955	9 799	103 125	28 546	7 888	19 252	611	613 153	79 860	980 196	202 363	1 182 559
1981	84 862	-	84 862	29 388	27 856	9 362	9 235	124 877	4 984	647	5 801	797	212 947	56 634	354 443	79 721	434 164

Tabela 5.20 Índices de Preços - 1950/1961

Período	Deflator ^a	Índice de ^b Preços	Inflação ^c	Aceleração da Inflação
1950	0,0200	0,0182	2,48	-2,12
1951	0,0224	0,0220	21,08	18,60
1952	0,0254	0,0248	12,59	-8,49
1953	0,0293	0,0287	15,66	3,07
1954	0,0355	0,0357	24,54	8,88
1955	0,0415	0,0427	19,70	-4,84
1956	0,0511	0,0519	21,63	1,93
1957	0,0578	0,0600	14,95	-6,68
1958	0,0643	0,0682	14,24	-0,71
1959	0,0831	0,0974	42,82	28,58
1960	0,1049	0,1279	31,27	-11,5
1961	0,1398	0,1797	40,50	9,23
1962	0,2163	0,2699	50,2	9,7
1963	0,3852	0,4751	76,1	25,9
1964	0,7234	0,8597	80,9	4,8
1965	1,1249	1,3237	54,0	-26,9
1966	1,5675	1,8672	41,1	-12,9
1967	2,0219	2,2739	21,8	-19,3
1968	2,5833	2,9025	27,8	5,8
1969	3,1056	3,6442	25,5	-2,1
1970	3,6725	4,1263	13,2	-12,3
1971	4,3620	5,0086	21,4	8,2
1972	5,1748	5,8956	17,7	-3,7
1973	6,2685	6,8003	15,3	-2,4
1974	8,3326	7,7795	29,1	13,8
1975	11,2106	11,2210	27,8	-1,3
1976	16,3211	15,7539	40,4	12,6
1977	23,2528	22,1484	40,6	0,2
1978	32,7993	30,7641	38,9	-1,7
1979	51,3749	47,7962	55,4	16,5
1980	100,00	100,00	109,2	53,8
1981	209,1	213,0454	113,0	3,8

^aSegundo Contas Nacionais da FGV (Base 1980=100)^bÍndice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna (Base 1980=100) FGV^cTaxa de Inflação observada (IPA-DI)

Tabela 5.21 Tesouro Nacional Financiamento da União

(Cr\$ Milhões correntes)							
Período	Receita	Despesa	Resultado ¹	Financiamento			
	Total	Total	de Caixa	Autori ²			
				dade Mo	netária		
					Público		
					Dívida	Outros ³	Total
					Mobiliária		
1960	247	324	-77	70	7	-	7
1961	371	509	-138	136	2	-	2
1962	566	846	-280	246	34	-	34
1963	1 051	1 556	-505	427	78	-	78
1964	2 129	2 857	-728	736	-8	-	-8
1965	3 907	4 500	-593	270	323	-	323
1966	5 910	6 496	-586	-20	606	-	606
1967	6 814	8 039	-1 225	716	509	-	509
1968	10 275	11 503	-1 228	1 089	-101	240	139
1969	13 953	14 709	-756	-733	1 178	311	1 489
1970	19 194	19 932	-738	-839	1 389	188	1 577
1971	26 980	27 652	-672	-2 022	1 757	937	2 694
1972	37 738	38 254	-516	-7 685	7 199	1 002	8 201
1973	52 863	52 568	295	-6 499	2 408	3 796	6 204
1974	76 810	72 928	3 882	-8 790	626	4 282	4 908
1975	95 446	95 373	73	-16 356	16 268	15	16 283
1976	166 220	165 797	423	-20 403	21 055	-1 075	19 980
1977	242 893	241 850	1 043	2 402	-673	-2 772	-3 445
1978	349 218	344 346	4 872	499	7 762	-13 133	-5 371
1979	509 843	507 547	2 296	72 694	-61 766	-13 224	-74 990
1980	1 219 418	1 217 383	2 035	7 820	5 915	-130	5 785
1981	2 261 969	2 258 929	3 040	372 745	551 604	-181 899	369 705

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil.

1. Sinal (-) significa déficit, (+) superavit do tesouro
2. Sinal (+) significa financiamento pelas autoridades monetárias de parte do déficit do tesouro; sinal (-) significa que as Autoridades Monetárias estão utilizando parte dos recursos do público em engar de financiar o déficit.
3. Referem-se as seguintes operações: o custo da dívida interna cobertos com recursos orçamentários + renda de operações com títulos federais das carteiras próprias do Banco Central e do Banco do Brasil - as transfe - rências para o FUNAGRI e FINEX + Depósito de contribuintes no Banco do Brasil

Tabela 5.22

Tesouro Nacional Receita, Despesa e Resultado Real

(Cr\$ Milhões constantes de 1980)^a

Período	Receita Total	Despesa Total	Déficit(-) ou Superavit (+)	FINANCIAMENTO			
				Autorida des Monē tárias	PÚBLICO		
					Dívida Mobiliária	Outros	Total
1960	193 120	253 323	-60 203	54 473	5 473	-	5 473
1961	206 455	283 250	-73 795	75 681	1 114	-	1 114
1962	209 707	313 459	-103 742	91 144	12 598	-	12 598
1963	221 217	327 510	-106 293	89 875	16 418	-	16 418
1964	247 645	332 325	-84 680	85 611	-931	-	-913
1965	295 158	339 957	-44 799	20 397	24 402	-	24 402
1966	316 517	347 901	-31 384	-1 071	32 384	-	32 384
1967	299 662	353 534	-53 872	31 487	22 385	-	22 385
1968	354 005	396 314	-42 309	37 519	-3 479	8 269	4 790
1969	382 883	403 628	-20 745	-20 114	32 325	8 534	40 859
1970	465 163	483 048	-17 885	-20 332	33 662	4 555	38 217
1971	538 673	552 090	-13 417	-40 370	35 079	18 708	53 787
1972	640 105	648 857	-8 752	-130 351	122 108	16 995	139 103
1973	777 363	773 025	4 338	195 569	35 410	55 821	91 231
1974	874 879	830 663	44 216	-100 119	7 130	48 773	55 903
1975	850 602	849 951	651	-145 762	144 978	133	145 111
1976	1 055 100	1 052 420	2 680	-129 510	133 649	-6 819	126 830
1977	1 096 660	1 091 950	4 710	10 845	-3 038	-12 517	-15 555
1978	1 135 150	1 119 310	15 836	1 622	25 230	-42 688	-17 458
1979	1 066 700	1 061 900	4 800	152 091	-129 227	-27 664	-156 891
1980	1 219 420	1 217 380	2 040	7 820	5 910	-130	5 780
1981	1 061 730	1 060 300	1 430	174 960	258 913	-85 383	173 530

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil, vários números

^a Deflacionado pelo IPA-DI base 80 = 100.

BIBLIOGRAFIA

- BLINDER, Alan S. and SOLOW, Robert M. Analytical Foundation, of Fiscal Policy in the Economics of Public Finance. The Brookings Institution, 1974.
- BROWN, Cary E. Fiscal Policy in the Thirties; a Reappraisal, American Economic Review, 66: 857-879, dez. 1965.
- CARLSON, K. Estimates of the High - Employment Budget 1947-1967. Federal Reserve Bank of St. Louis. Review, 49 : 6-14, 1967.
- CONTADOR, Claudio Roberto. Crescimento, ciclos econômicos e inflação; uma descrição do caso brasileiro. Revista Brasileira de Mercado de Capitais, 4 (12) :379-401, set. dez. 1978.
- _____. Crescimento econômico e combate à inflação. Revista Brasileira de Economia; 31 (1):131-167, jan.mar. 1977.
- DIXON, Daryl A. The Full Employment Budget Surplus Concept as a Tool of Fiscal Analysis in the United States Staff Papers. International Monetary Fund, V. 20 n.1, Mar.1973
- FERREIRA, Edésio F. A administração da dívida pública e a política monetária no Brasil. Rio de Janeiro, IBMEC, 1974.
- GRAMLICH, Edward M. Measures of the Agregate Demand Impact of the Federal Budget in Budget Concepts of Economics Analysis. The Brookings Institution. 1968.
- HADDAD, Cláudio. Crescimento do produto real brasileiro 1900/1947. Revista Brasileira de Economica, 29 (1):3-26, jan./mar. 1975.
- HELLER, Walter W. New Dimensions of Political Economy. Harvard, Harvard University Press, 1966/ W.W. Norton 1967.
- KLEIN, L. R. and PRESTON, R.S. The Measuremen of Capacity Utilization. The American Economic Review. 57 (1) :34-58, Mar. 1967.

LEMGRUBER, Antonio Carlos. A inflação brasileira e a controvérsia sobre a aceleração inflacionária, Revista Brasileira de Economia, 27 (4): 31-50, out./dez., 1973.

_____. Gradualismo versus tratamento de choque, algumas simulações; Revista Brasileira de Economia, 1 (2) mai./ago. 1975.

_____. Inflação, moeda e modelos macroeconômicos; o caso brasileiro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978.

_____. Inflação; o modelo de realimentação e o modelo da aceleração. Revista Brasileira de Economia, 28 (3):35-36 jul./set., 1974.

_____. Subsídios governamentais e a expansão da base monetária. Conjuntura Econômica, 33 (3): 93-107, mar. 1979.

LEWIS Jr. Wilfred. Budget Concepts for Economic Analysis Brookings Institution, 1968. p. 131-132.

MUSGRAVE, Richard A. The Theory of Public Finance. New York, McGraw Hill, 1959.

_____. and MUSGRAVE, Peggy B. Public Finance in Theory and Practice. New York, MacGraw-Hill, 1973.

_____. On Measuring Fiscal Performance, Review of Economics and Statistics, 46. May 1964.

NESSIM, Roberto Zaghera. Política fiscal no Brasil 1948-1968. (Ensaio Econômico, 11) São Paulo, IPE/USP, s.d.

NEVES, Renato Bauman. A utilização da capacidade produtiva na indústria brasileira 1955/75. Pesquisa e Planejamento Econômico, 8 (2): 299-330, agosto/1978.

REZENDE, Fernando et alii. Aspectos da participação do governo na economia. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976 (Série Monográfica nº 26).

REZENDE, Fernando. Avaliação do setor público na economia brasileira; estrutura funcional da despesa. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973 (Coleção Relatórios de Pesquisa nº 13).

REZENDE, Fernando. Finanças públicas. São Paulo, Editora Atlas, 1979.

_____. O imposto sobre a renda e a justiça fiscal, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. (Série Monográfica nº 14).

SILVA, Maria da Conceição. A dúvida do setor público brasileiro; seu papel no financiamento dos investimentos públicos, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976 (Coleção Relatórios de Pesquisa nº 32).

SMYTH, David J. The Full Employment Budget Surplus; Is it a Useful Police Guide? Public Policy, 18 (2): 289, 1970.

VARSANO, Ricardo. O sistema tributário de 1967; adequado ao Brasil de 1980? Pesquisa e Planejamento Econômico. 11 (1): 203-228, abril/1981.